

X Congreso Latinoamericano de Ciencia Política

**Organizações Partidárias e Desempenho Eleitoral no Contexto
Federativo Brasileiro**

Pedro Paulo de Assis – UFSCar

Luís Gustavo Locatteli – FGV-SP/CEPESP

Eje Temático: Partidos y Sistemas de Partidos

30 de julho - 3 de agosto de 2019, Monterrey – México

1) Introdução¹

“Uma vez definidos os principais competidores na arena presidencial [PT e PSDB], os demais atores passaram a estabelecer suas estratégias, priorizando as eleições para os governos estaduais ou simplesmente a montagem de chapas competitivas nas eleições proporcionais. A não ser de forma ocasional, nenhum dos maiores partidos nacionais optou por disputar o espaço ocupado por petistas e tucanos. O PMDB concentrou-se claramente nas disputas estaduais, enquanto o DEM passou a articular sua parceria com o PSDB ao lançamento de candidaturas aos governos apenas naqueles estados onde possuía chance real de vitória.” (Melo, 2010, p.36)

Eleições como jogos aninhados entre os partidos políticos brasileiros (Melo, 2010; Melo e Câmara, 2012), disputas eleitorais entre forças partidárias que adotam estratégias presidenciais e não-presidenciais (Borges, 2015), coordenações interpartidárias nos processos de lançamento de candidaturas e de formação de coligações eleitorais (Limongi e Vassellai, 2018), nas últimas décadas tem sido continuamente diagnosticado e ratificado por diversas frentes na literatura brasileira um processo de setorização das disputas eleitorais. Construído de forma competitiva e gradual, a setorização das eleições brasileiras é um fenômeno recentemente destrinchado pela literatura no qual os partidos políticos optam continuamente por concentrarem e especializarem seus esforços eleitorais no complexo sistema político eleitoral nacional brasileiro – em disputas por diferentes cargos no Executivo e Legislativo e em diferentes circunscrições eleitorais (entre as 27 unidades da federação [UF]). Como resultado, após as sucessivas eleições no período pós-redemocratização, o cenário eleitoral brasileiro passou a apresentar partidos políticos cada vez mais focados em específicas cadeiras (Presidência, Congresso e/ou Executivos Estaduais) e em determinadas unidades da federação, ou seja, as eleições do Brasil tornaram-se disputas progressivamente mais setorizadas entre os partidos políticos.

Em termos de mecanismos causais (Elster, 1994), as cúpulas das organizações partidárias têm funções fundamentais como motores da cadeia de eventos que leva a qualquer *outcome* eleitoral nos partidos políticos (Panbianco, 2005). Ao organizar atividades centrais para a realização de eleições – formulação de programas de governo, seleção de candidaturas, financiamento de campanhas, formação de alianças interpartidárias e mobilização do eleitorado –, as dirigências partidárias se estabelecem como atores importantes em qualquer dinâmica eleitoral. E não é diferente na realidade

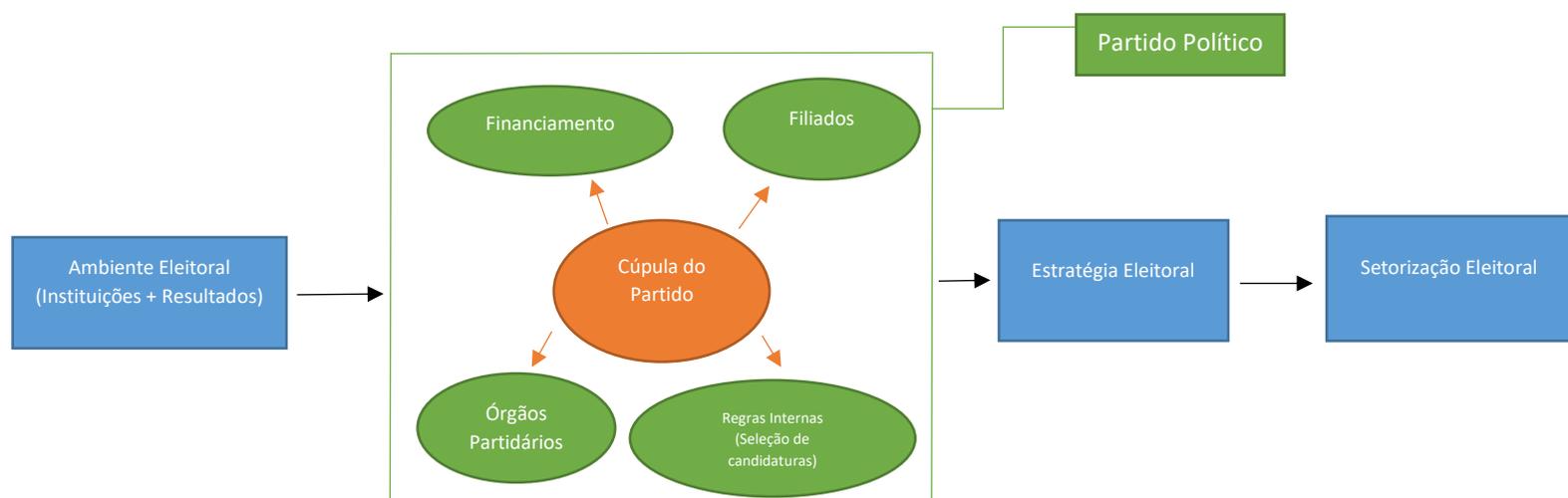
¹ Projeto realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (processo nº: 2017-15173-9)

brasileira, as cúpulas partidárias são engrenagens indispensáveis para o processo de setorização eleitoral – os concentrados e perenes esforços de mobilização da estrutura partidária em busca de específicos *outcomes* eleitorais exigem estratégias partidárias organizadas e estabelecidas por cúpulas partidárias fortalecidas.

A setorização das disputas eleitorais, como grande parte dos processos sociopolítico (Offe, 1984), é um fenômeno sempre incompleto. Isto é, possui um mecanismo de atualização/rotinização que consolida periodicamente os efeitos do respectivo processo social, apesar de estar sujeito a retrocessos e alterações. Tendo em mente esse sempre incompleto processo de setorização eleitoral e o papel das dirigências partidárias na operação desse fenômeno, a questão que surge é: que fatores levaram as cúpulas partidárias brasileiras a adotarem determinadas estratégias para setorizarem as disputas eleitorais nas últimas décadas?

Na literatura da área, os mecanismos causais (Elster, 1994) que operam o processo de setorização têm duas principais linhas analíticas (ver gráfico 1, p.3): a dos *estudos eleitorais/sistemas partidários* – focado no impacto das regras/instituições e dos sucessivos resultados eleitorais nas atuações dos partidos políticos e, assim, em suas trajetórias de setorização (AMES, 2003; Mainwaring and Scully, 1995; Shugart and Carey, 1992; Melo e Pereira, 2013; Kinzo, 2005) – e a dos *estudos organizacionais* – centrado em como os atores e as estruturas intrapartidárias são mobilizados estrategicamente para atingir seus objetivos eleitorais em sucessivas eleições, no caso brasileiro, setorizando as disputas (Panebianco, 2005; Janda, 1990; Tavits, 2012; Scarrow, Webb and Ponguntke, 2017; Ribeiro, 2014).

Gráfico 1 – Mecanismo da setorização eleitoral



Na perspectiva eleitoral/sistêmica, ressalta-se na organização partidária o papel reativo da cúpula partidária ao ambiente eleitoral, movimentando-se estrategicamente de acordo com as pressões da dinâmica de consolidação das instituições e dos resultados eleitorais pregressos. Já na perspectiva organizacional, ganha destaque o papel ativo das organizações nos embates eleitorais – com o foco nos atores e estruturas intrapartidárias no processo de definição das estratégias partidárias. Embora nenhuma das linhas analíticas da literatura trabalhem um falso maniqueísmo entre os exclusivos papéis ativo ou reativo das organizações partidárias², é possível observar que os estudos na área estão longe de um consenso sobre um balanceamento ponderado do impacto dos fatores eleitorais e organizacionais nas estratégias das cúpulas partidárias. A dinâmica do processo (Elster, 1994) entre as engrenagens eleitorais e organizacionais que movimentam as cúpulas dos partidos e levam as trajetórias de setorização eleitoral no caso brasileiro é tema nebuloso na literatura.

Análises sobre organizações partidárias no Brasil sugerem que os partidos não são homogeneamente fortes ou fracos. Na realidade, apresentam diferenças relevantes relacionadas às suas respectivas estruturas organizacionais refletidas em suas trajetórias (Ribeiro, 2013) – diferenças na densidade organizacional, conformação das arenas decisórias intrapartidárias, estratégias, os perfis das lideranças, etc. –, o sistema partidário brasileiro oferece um longo cardápio de organizações. Nessa perspectiva, a esfera organizacional dos partidos não pode ser de antemão suprimida em diagnósticos a respeito da arena eleitoral – o nível partidário importa.

Assumindo que a mudança nas executivas dos partidos políticos (cúpula das lideranças partidárias) é uma *proxy* relevante de mudança organizacional, com possíveis consequências nas estratégias adotadas na arena eleitoral, o presente *paper* busca testar a seguinte hipótese geral em face das quatro principais organizações partidárias brasileiras (PT, PMDB, PSDB e DEM³): uma estrutura organizacional fortemente articulada e uma performance eleitoral sólida dos partidos políticos nas eleições para deputados federais e governadores tende a premiar suas principais lideranças pela continuidade (estabilidade)

² Dando, portanto, certa importância as reações ou ações das dirigências no processo de setorização.

³ No período em análise no *paper* – final da década de 90 até 2018 –, o Partido da Frente Liberal (PFL) foi refundado em 2007 e passou a ser denominado Democratas (DEM). Para simplificar a análise e evitar confusões, a denominação da respectiva organização utilizada aqui será a sua atual (Democratas – DEM).

nas executivas nacionais – enquanto entre os partidos organizacionalmente menos articulados e “derrotados” cresce a probabilidade das lideranças serem substituídas –, tal dinâmica tende a afetar as sucessivas ambições eleitorais. O período analisado abrange as cúpulas partidárias entre o final da década de 90 e 2017 e as eleições de 2006, 2010 e 2014.

O *paper* segue em mais 6 seções. A segunda seção trata sobre a discussão da literatura sobre o fenômeno da setorização eleitoral e suas causas. A terceira descreve a abordagem metodológica, os objetos em análise e as lógicas das variáveis construídas. A quarta seção segue em um mergulho nas cúpulas partidárias de DEM, PMDB, PSDB e PT, com o foco na circulação e fragmentação de suas respectivas Executivas Nacionais. A quinta seção do *paper* descreve os fatores organizacionais e eleitorais que influenciariam nos padrões de ocupação das cúpulas partidárias. A sexta parte desenvolve dois modelos de regressões lineares multivariadas, testando o impacto dos fatores organizacionais e eleitorais na renovação e centralização das Executivas Nacionais dos partidos analisados. E, por último, na sétima seção, recapitulamos o mecanismo da setorização eleitoral e ponderamos o impacto da dinâmica organizacional no fenômeno.

2) Entre fatores eleitorais e organizacionais: as estratégias e a setorização das eleições brasileiras

A estruturação progressiva dos caminhos eleitorais trilhados pelos partidos brasileiros, cada vez mais compartimentados e estáveis, é, em grande medida, atribuída pela literatura mais tradicional à formação de um processo de rotinização competitiva historicamente desenvolvida – que alia instituições eleitorais paulatinamente mais consolidadas e comportamentos estratégicos cada vez mais perenes e previsíveis. Nessa linha, mobilizações de correntes literárias ligadas aos processos que levaram à construção desse lastro histórico eleitoral têm aparecido com maior frequência nos debates contemporâneos sobre eleições no Brasil. Processos como a institucionalização do arranjo eleitoral do sistema político brasileiro (Tarouco, 2010; Melo e Pereira, 2013); a dinâmica de fechamento do sistema partidário (Braga; 2010; Melo, 2010); a nacionalização e regionalização dos partidos (Borges, 2015; Limongi e Vasselai, 2018); e a gradativa cartelização e padronização das competições eleitorais brasileiras (Melo, 2010; Melo e Câmara, 2012; Ribeiro, 2013) são algumas das dinâmicas identificadas como os motores dessa setorização das disputas eleitorais entre os partidos brasileiros.

Segundo essa literatura, a interação no tempo entre fatores de ordem eleitoral – a eleição majoritária em dois turnos para o cargo de Presidente; o escrutínio proporcional para o a Câmara dos Deputados; a possibilidade de fazer coligações eleitorais; a lista aberta; a simultaneidade entre as eleições nacionais, estaduais e municipais; e a alta fragmentação partidária – são algumas das principais causas dessa rotinização das estratégias eleitorais das organizações partidárias e setorização das disputas por determinadas cadeiras em certos distritos eleitorais. Ponderando, com maior ou menor peso, as diferentes abordagens se apoiam majoritariamente em variáveis ligadas a arena eleitoral para explicar o fenômeno da setorização das eleições entre os partidos políticos brasileiros⁴.

Entretanto, tais diretrizes investigativas da literatura são suficientes para entender o fenômeno? O foco na arena eleitoral para investigar a rotinização das estratégias partidárias e a setorização das competições por diferentes cadeiras é suficiente? A partir de uma compreensão mais exigente dos mecanismos causais do fenômeno investigado é possível declinar o questionamento. A dinâmica do processo (Elster, 1994) que leva a cadeia de eventos do fenômeno da setorização eleitoral (ver gráfico 1, p.3) não pode ser satisfatoriamente explicada sem entender profundamente o impacto dos *partidos como organizações* na construção dos lastros históricos eleitorais, engrenagem tão central como os fatores da própria arena eleitoral. Apesar de analiticamente corrente na literatura da ciência política brasileira, reais disputas eleitorais entre partidos não podem ser isoladas de suas outras interdependentes arenas de atuações – organizacional e governamental (Key, 1962; Katz e Mair, 1993; Strom, 1990). A dinâmica do processo que leva partidos políticos a setorizarem suas ambições eleitorais vai além dos sucessivos resultados eleitorais e da consolidação das instituições eleitorais. Se não há uma robusta estrutura organizacional por trás – mantendo um fluxo estável de recursos materiais e informacionais/ideológicos –, estratégias e resultados eleitorais perenes dificilmente existiriam (Panebianco, 2005).

A mobilização e comunicação com o eleitorado, a coordenação entre diferentes partidos e entre diversas circunscrições eleitorais, a arrecadação e alocação do financiamento eleitoral, o lançamento e cancelamento de candidaturas em pleitos

⁴ A triangulação dessas diferentes investigações para explicar a setorização da competição eleitoral é forte indicativo que os diversos caminhos percorridos para entender o mecanismo causal do fenômeno da setorização estão no rumo certo.

estratégicos são alguns dos processos centrais para o sucesso eleitoral nos quais a estrutura de uma organização partidária, gerida por uma cúpula, é imprescindível. Nas disputas eleitorais entre partidos, suas estruturas das organizações são fatores determinantes para as performances eleitorais. A capilarização dos órgãos e filiados no território nacional, o volume e gestão do financiamento, a capacidade de centralização da estrutura decisória do partido e os métodos de seleção de candidatos são algumas das dimensões intrapartidárias que impactam diretamente as estratégias eleitorais.

Seguindo o raciocínio, se tivermos em mente um fenômeno como a setorização eleitoral, portanto, a dinâmica da arena organizacional possivelmente é determinante para essa estável configuração das disputas eleitorais entre partidos brasileiros. Além de uma reflexão teórica para a literatura da área, o questionamento levantado suscita a necessidade de investigações empíricas: como ocorreriam a interdependência entre a arena eleitoral e organizacional nas eleições? Contextualizando, ao considerar o fenômeno da setorização eleitoral brasileira, quais dinâmicas organizacionais propiciam as características historicamente construídas na competição eleitoral?

As análises clássicas sobre a relação entre partidos e eleições tendem a tratar os partidos políticos como atores unitários via maximização de votos e posições de poder (Downs, 1957). Todavia, ainda que operem sob o mesmo arranjo institucional, a literatura demonstra que os partidos possuem diferentes estratégias na arena eleitoral. Assim, surgem argumentamos que isso está relacionado com suas múltiplas capacidades organizacionais dos partidos no contexto nacional e subnacional, mediadas principalmente pelo papel das lideranças internas (Panebianco, 2005). A expectativa é que as estratégias eleitorais possuem um vínculo estreito com a forma como os partidos se organizam internamente. Os fatores organizacionais moldam e são moldados pelos objetivos e a forma como os partidos buscam executá-los (Panebianco, 2005). Nesse sentido, a conformação da coalizão dominante (cúpula do partido) é a variável fundamental em razão da distribuição assimétrica do poder organizativo e da sua ascendência no processo decisório interno: a sobrevivência organizativa depende da satisfação das expectativas dos principais componentes dos partidos políticos (Harmel e Janda, 1994).

A relação entre a mudança organizacional e sua interação com os diversos fatores ambientais tem sido objeto analítico relevante da literatura clássica e contemporânea

acerca dos partidos políticos⁵ (Gauja, 2017). Desagregando os múltiplos indutores de mudança, Janda (1990) introduziu a teoria da performance organizacional, argumentando que um dos elementos dominantes desencadeadores desses processos é o desempenho eleitoral. Segundo o autor, mesmo que os constrangimentos ambientais e os objetivos dos atores possam ser variados, a performance eleitoral é uma variável fundamental para sobrevivência organizativa: os partidos que não se adaptam minimamente às limitantes da arena eleitoral possivelmente entram em declínio ou estão fadados à irrelevância.

Ainda no nível partidário, Harmel e Janda (1994) enfatizam que as percepções e a capacidade de agência das lideranças internas são elementos fundamentais para compreensão dos processos de mudança nas organizações partidárias. As lideranças assumem papel chave na medida em que definem novas linhas de ação estratégica e perpetuam ou reformam estatutos, além de serem responsáveis pela construção de coalizões de interesses internos capazes de suplantar as resistências e elementos inerciais próprios das organizações complexas. Embora não suficientes para compreensão da totalidade dos processos de mudança organizacional, eventuais alterações na estrutura de autoridade normalmente aparecem vinculadas aos processos de transformação mais substantivos no interior dos partidos políticos (Panebianco, 2005; Harmel e Janda, 1994). Em esforços comparativos recentes⁶ (Scarrow, Webb and Poguntke, 2017), a literatura tem ampliado investigações para mapear as diversas estruturas intrapartidárias, destrinchar seus funcionamentos e entender os impactos dessas diferentes dinâmicas organizacionais nas arenas governamental e eleitoral. Passo a passo, os estudos da área caminham no sentido de entender como as disputas intrapartidárias operam e quais as repercussões dessas dinâmicas no sistema político.

Sem desconsiderar outros aspectos relevantes, alterações das lideranças envolvem uma modificação no balanço do poder intrapartidário, visto que tais atores controlam recursos materiais e institucionais importantes e possuem a “palavra final” no processo decisório intrapartidário (Barnea e Rahat, 2007). Frente à relevância do fenômeno,

⁵ As abordagens teóricas e/ou empíricas existentes em diversos contextos apontam que os vetores de mudança organizacional podem ser tanto internos como externos. Além disso, tais análises também sugerem que os processos de mudança, iniciados por constrangimentos ambientais, imprimem alterações mais duradouras e substantivas nas organizações partidárias.

⁶ O PPDB segue uma abordagem comparativa e empiricamente orientada, cujos conceitos recuperam dimensões de estudos comparativos anteriores sobre organização partidária, especialmente Janda (1980) e Katz e Mair (1992). O projeto inclui 122 partidos em 19 países. Na América Latina, os países incluídos são o Brasil, Colômbia, Peru, México e o Chile. Veja <http://www.politicalpartydb.org>

partidos vitoriosos e organizacionalmente estruturados tendem a premiar suas principais lideranças através da continuidade nos cargos relevantes de órgãos de direção partidária, enquanto os derrotados e organizacionalmente frágeis são mais suscetíveis à questionamentos internos e eventualmente são substituídos pelas lideranças emergentes ou minoritárias. Assim, seguindo Panebianco (2005) e Harmel e Janda (1994), os partidos que demonstrarem forte performance eleitoral e equilibradas dinâmicas organizacionais tem a tendência a apresentar coalizões dominantes (cúpulas partidárias) e linhas de atuação partidária (articulação da estrutura organizacional e estratégias eleitorais) mais estáveis ao longo do tempo. Dado o peso das lideranças na dinâmica organizativa, eventuais variações na ocupação dos órgãos de cúpula podem ser tomadas como uma *proxy* relevante de mudança organizacional⁷. As dinâmicas de permanência ou de mudança das elites partidárias tendem a refletir nas estratégias (Janda, 1980; 1990) e nos respectivos *outcomes* eleitorais. Nessa perspectiva, acreditamos que a chave para entender o mecanismo da setorização das disputas eleitorais brasileiras está na capacidade de observar os fatores eleitorais e organizacionais chaves que impactam a estabilidade das cúpulas partidárias.

Supondo que as Executivas Nacionais (CEN's) são os órgãos mais relevantes dos partidos políticos brasileiros (Ribeiro, 2013), acumulando prerrogativas decisórias e controlando recursos que impactam a atuação das legendas na arena eleitoral, o presente artigo propõe explorar as eventuais relações entre a performance eleitoral e a estrutura organizacional como variáveis, em alguma medida, preditivas dos níveis de estabilidade das executivas em âmbito nacional. A análise adota uma perspectiva longitudinal e comparada, e os partidos analisados são PT, PMDB, PSDB e DEM nas disputas para Câmara dos Deputados durante as eleições de 2006, 2010 e 2014⁸. As análises dos dados estão estruturadas em torno de três hipóteses principais:

- **H.1** – Quanto maior a variação positiva dos resultados eleitorais de um partido político em relação à eleição anterior, maior o nível de estabilidade dos membros da respectiva Executiva Nacional. A “liderança” nos partidos políticos é reconhecida como um fator fundamental para

⁷ Ainda que modificações na elite dirigente sejam um elemento crítico dos processos de mudança, cabe ponderar que essa dinâmica é complexa e é acompanhada de diferentes elementos, tais como alterações de regras estatutárias, recursos (humanos e materiais) e relações entre principais os atores partidários.

⁸ No que diz respeito aos testes estatísticos, salienta-se que teremos sempre como referência os desempenhos eleitorais e as articulações organizacionais dos partidos nas três eleições em estudo (2006, 2010 e 2014) e as composições das cúpulas partidárias seguintes a cada uma dessas eleições.

compreender a mudança organizacional, dessa forma, caso líderes forem substituídos após o declínio da performance eleitoral, existiria uma tendência a ocorrência de mudança organizativa.

- **H.2** – Partidos complexos e fortemente articulados em termos de recursos (filiados, diretórios municipais e dinheiro) apresentam maior resistência aos efeitos dos choques eleitorais negativos, com maior estabilidade na formação da executiva nacional ainda que em cenários de declínio da performance eleitoral. Dessa forma, partidos fortes são mais capazes de coordenar expectativas e diminuir as incertezas dos seus membros, sobretudo os riscos advindos da arena eleitoral.

Em face do contexto federativo brasileiro – no qual os distritos eleitorais e os órgãos partidários são divididos entre as 27 estados/unidades da federação (UF's) – e tendo em mente que a setorização eleitoral envolve a priorização das ambições eleitorais – o privilégio a determinadas cadeiras em determinadas UF's em detrimento das outras – , o impacto da performance eleitoral e da dinâmica organizacional na composição da executiva nacionais pode ser analisado tendo como unidade de análise as organizações partidárias em cada UF, desse modo:

- **H.3** – O grau de fragmentação na composição das Executivas Nacionais entre as UF's é diretamente influenciado pelas formas de articulação dos recursos intrapartidários e pela performance eleitoral. Lideranças partidárias que concentram recursos organizacionais e, também, eleitoralmente mais eficientes em suas UF's tendem a consolidar e ampliar sua participação nas Executivas Nacionais.

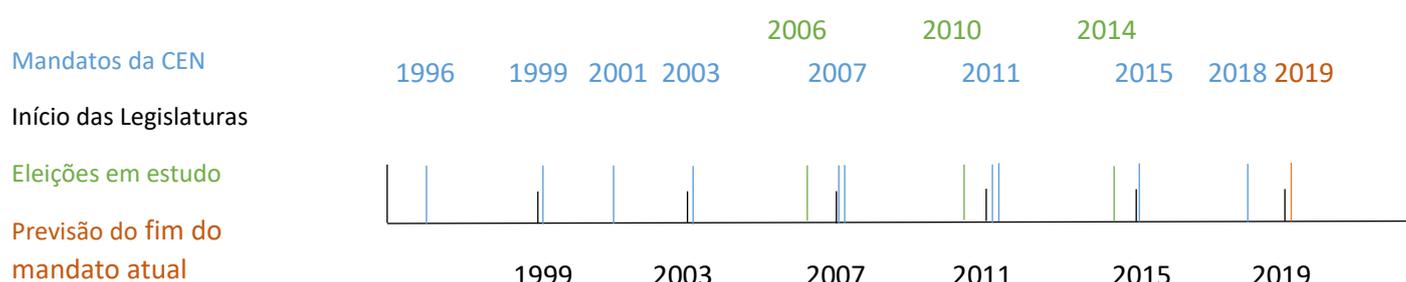
Definido o problema de pesquisa e a hipótese, a questão que surge é: como operacionalizar os fatores performance eleitoral, articulação dos recursos intrapartidários e estabilidade das cúpulas dos partidos em variáveis observáveis? Seguindo a literatura (Panebianco, 2005; Janda, 1990; Pierson, 2004), dificilmente a análise fugiria de um desenho de pesquisa com um recorte comparativo e longitudinal.

3) *Abordagem metodológica e variáveis*

As variáveis construídas para a análise dos mecanismos que operam a setorização eleitoral são divididas em três conjuntos e são esses: i) as ocupações das cúpulas dos

partidos, ii) a articulação da estrutura das organizações partidárias e iii) as performances eleitorais. Em relação ao primeiro grupo, de acordo com os mandatos das Comissões Executivas Nacionais de PFL/DEM, PMDB, PSDB e PT⁹ e considerando as eleições em estudo (2006, 2010 e 2014), foi possível delimitar o universo de análise e delinear as linhas temporais entre as arenas organizacionais e eleitorais em discussão no *paper*¹⁰:

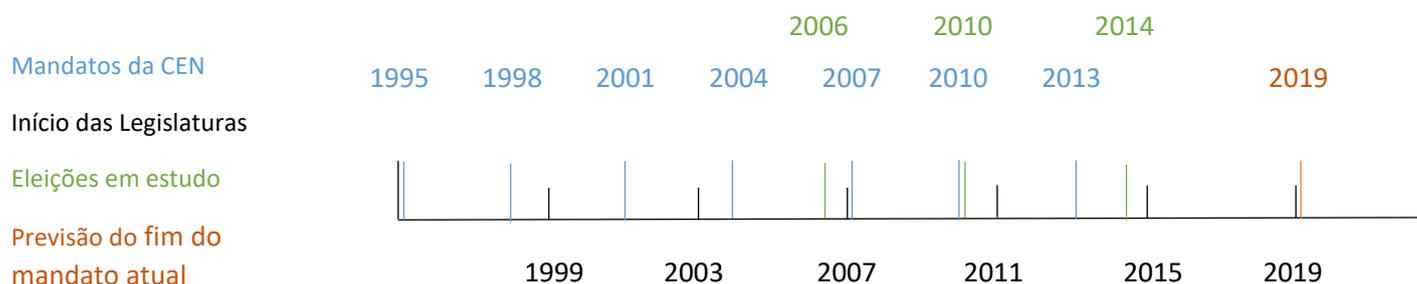
Figura 1 – Linha do tempo PFL/DEM: Mandatos da CEN x Legislaturas



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

No período eleitoral em análise (2006; 2010; 2014), três mandatos foram exercidos no PFL/DEM (2003-2007; 2007-2011; 2011-2015).

Figura 2 – Linha do tempo PMDB/MDB: Mandatos da CEN x Legislaturas



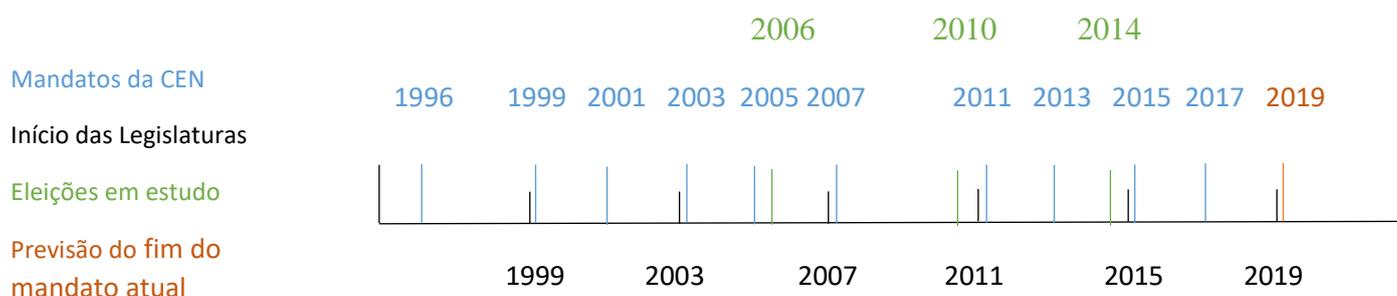
Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

⁹ As anotações de algumas das primeiras listas de composição das CEN's do PSDB e do PMDB/MDB (anos 80 e início dos 90) não estão disponíveis no TSE.

¹⁰ Para as alterações/sucessões de mandatos das CEN's dos partidos analisados foram considerados apenas eleições internas e não prorrogações de mandatos.

No período eleitoral em análise (2006; 2010; 2014), três mandatos foram exercidos no PMDB (2004-2007; 2007-2010; 2010-2013).

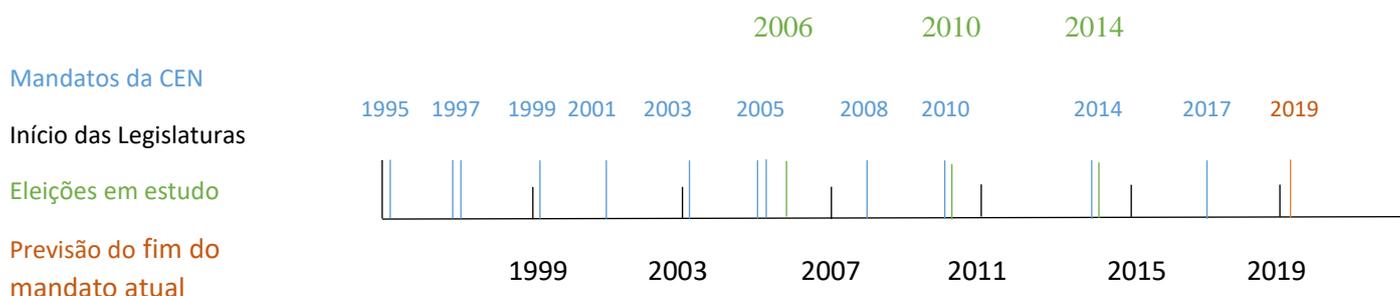
Figura 3 – Linha do tempo PSDB: Mandatos da CEN x Legislaturas



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

No período eleitoral em análise (2006; 2010; 2014), quatro mandatos foram exercidos no PSDB (2005-2007; 2007-2011; 2011-2013; 2013-2015).

Figura 4 – Linha do tempo PT: Mandatos da CEN x Legislaturas



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

No período eleitoral em análise (2006; 2010; 2014), quatro mandatos foram exercidos no PT (2005-2005; 2005-2008; 2008-2010; 2010-2014).

Para abordar a ocupação das cúpulas partidárias dos partidos estudados foram utilizados os Índices de Schonfeld (IS) (Schonfeld, 1980) e os Índices de Schonfeld modificados (ISM). Ribeiro (2014) em “A lei da oligarquia de Michels: modos de usar” descreve detalhadamente os IS – desenvolvendo sobre o que dizem respeito e como

elaborar seus respectivos cálculos¹¹. No intuito de esclarecermos suas aplicações como ferramentas para o estudo proposto, retomaremos o raciocínio desenvolvido pelo autor e projetamos mais alguns índices complementares na mesma linha, os ISM.

Os IS são oito¹² e foram desenhados no intuito de examinar diversos aspectos relativos à renovação na composição de um órgão¹³ de acordo com sua progressão do tempo – tendo como base as sequenciais listas de membros da respectiva entidade (Ribeiro, 2014). Para a efetuação de seus cálculos é necessário, em sua maioria, apenas ter conhecimento dos nomes dos integrantes e da quantidade de cargos do órgão observado. Tendo em mãos tais dados, é possível classificar os membros do órgão partidário – entre estreantes¹⁴, reeleitos¹⁵ e retornantes¹⁶ –, observar a variação do número de cargos do órgão e, assim, calcular os IS 1, 3, 4, 5, 6, 8. Já para obter os IS 2 e 7, é necessário ter conhecimento de dados bibliográficos dos integrantes – se os membros do órgão já ocuparam, ou ocupam, algum cargo eletivo relevante – e, dessa forma, reclassificar os estreantes como estreantes de elite¹⁷ e estreantes ordinários¹⁸. Além das informações mencionadas, para os cálculos dos ISM¹⁹ 1, 2, 3, 4 e 5 foi averiguado a UF de origem de cada membro do órgão – território (UF) no qual o membro construiu/constrói sua carreira política.

A lógica do cálculo do IS 1 ao 7 e do ISM 1 ao 5 é fundamentada na comparação cronológica de duas em duas listas sequenciais em certo espaço de tempo – uma lista de membros de determinado mandato (M) com a lista de membros do mandato

¹¹ Devido a citada ausência de algumas poucas listas de composição da CEN's de PMDB e PSDB, algumas estimativas estarão, de alguma maneira, superestimadas ou subestimadas, principalmente no início da linha do tempo observada – tanto nos IS's como nos ISM. Por meio de fontes secundárias e entrando em contato com os respectivos partidos, esperamos resolver este problema futuramente. Todavia, para o objetivo do respectivo *paper* e tendo em mente que esses são iniciais investigações de uma agenda de pesquisa, consideramos válidos os esforços de projeção dos dados.

¹² IS.1) Renovação Simples; IS.2) Renovação da elite; IS.3) Acréscimo de Vegas; IS.4) Renovação Inercial; IS.5) Taxa de Reeleição; IS.7) Substituição Simples; e IS.8) Taxa de Sobrevivência.

¹³ Apesar dos IS poderem ser utilizados para a análise da composição de qualquer órgão, para os objetivos do trabalho proposto, o órgão de referência será a Comissão Executiva Nacional dos partidos brasileiros.

¹⁴ Indivíduos que ingressaram pela primeira vez no respectivo órgão.

¹⁵ Indivíduos que foram reeleitos imediatamente após a primeira eleição.

¹⁶ Indivíduos que em algum momento já ocuparam algum cargo no respectivo órgão, dividindo-se em duas categorias: retornantes não-reeleitos, ausente no mandato anterior, e retornantes reeleitos, presente no mandato anterior.

¹⁷ Membros estreantes que possuem ou possuíram cargos eletivos, para fins desse *paper* serão consideradas apenas cadeiras no nível Nacional (Congresso e Presidência) ou no Executivo Estadual.

¹⁸ Membros estreantes que nunca possuíram cargos eletivos, para fins desse *paper* serão consideradas apenas cadeiras no nível Nacional (Congresso e Presidência) ou no Executivo Estadual.

¹⁹ ISM.1) Taxa de Cartelização; ISM.2) Taxa de fragmentação por UF; ISM.3) Centralização; ISM.4) Renovação por Estreantes de Elite e ISM.5) Renovação da Elite por Estreantes Eleitos.

imediatamente anterior (M-1). Seguindo esse raciocínio, é possível observar a progressão gradativa dos diferentes índices calculados de acordo com o desenvolver das linhas do tempo dos partidos estudados e assim observar o comportamento das cúpulas nas Executivas Nacionais de DEM, PMDB, PSDB e PT.

Já em relação às variáveis que dizem respeito à estrutura partidária, a ideia do *party strenght index* (PSI) de Webb e Keith (2017) foi adaptada para os propósitos do presente *paper*. O PSI de Webb e Keith (2017) é um índice que visa observar comparativamente as diferenças nas estruturas intrapartidárias de organizações, principalmente, entre países com sistemas políticos diversos. Ao associar indicadores ligados as receitas, *staff*, filiados e órgãos partidários, o índice proposto visa mensurar os níveis de força/robustez organizacional entre os partidos comparados e entender as implicações dessas diferenças em diferentes aspectos da vida intrapartidária. O PSI é norteado por uma “visão baseada em recursos” (*resource-based view*), isto é, existiram vínculos entre a articulação dos recursos intrapartidários e o funcionamento/comportamento das instâncias e atores intrapartidários.

A lógica do argumento é que uma organização robusta é mais capaz de adotar estratégias eficientes de coordenação do seu “time” de candidatos (flexibilidade estratégica), além de apresentar maior capacidade de mobilização do eleitorado via presença territorial (*network of branch offices*), dinheiro e recursos humanos (recursos escassos). Assim, a concentração de ativos em termos de filiados, capilarização territorial dos diretórios e capacidade de financiamento, aumentaria as chances do partido impactar as arenas eleitoral e governativa. Nesse sentido, agremiações robustas favorecem ganhos de autonomia em relação ao ambiente: os constrangimentos das pressões externas seriam comparativamente menores.

Como explica Tavits (2013, p.25-26), isso decorre da capacidade dos partidos fortes serem mais eficientes na atuação como atalho informacional na decisão do voto e no estabelecimento de vínculos de identificação estáveis (*party ID*): o desenvolvimento de contatos mais próximos e frequentes com o eleitorado facilita a circulação de informações (*information shortcuts*) com resultados na formação de preferências do eleitorado. Além disso, tais partidos são percebidos como mais confiáveis, *accountables* e capazes de elaborarem propostas persuasivas ou implementarem políticas de maior aderência eleitoral (Janda e Colman, 1998).

No presente estudo, o PSI (Webb e Keith, 2017) foi adaptado, preservando suas características comparativas e normativas, para observar a dinâmica de articulação dos recursos dentro do partido operada pelas lideranças partidárias. O nível comparativo passou da relação de forças organizacionais entre diferentes organizações em diferentes sistemas partidários (Webb e Keith, 2017) para a comparação das forças organizacionais entre tendências estaduais em cada partido. A mudança desse nível comparativo é viável na medida em que organizações partidárias, individualmente, podem ser observadas como sistemas próprios²⁰ (Sartori, 2005) – logo, presume-se que possam também ser analisadas como sistema. Mais propriamente, um *sistema intrapartidário*: no qual diferentes tendências intrapartidárias disputam o acesso às posições de poder na cúpula do partido, sendo o controle e a concentração de recursos centrais das atividades organizacionais da legenda (financiamento, *staff*, filiados e órgãos partidários) um fator determinante para o desequilíbrio das disputas internas.

Adaptando esse raciocínio da perspectiva do sistema intrapartidário para os partidos políticos brasileiros estudados, a construção do PSI intrapartidário considerou: a disputa entre as tendências estaduais de DEM, PMDB, PSDB e PT pelo acesso e domínio das respectivas Comissões Executivas Nacionais, sendo o controle e a concentração dos recursos organizacionais entre suas unidades federativas (financiamento, filiados e órgãos partidários) fator determinante para o desequilíbrio das disputas internas. Nessa linha, retomando o problema da setorização eleitoral, observamos a variação da disposição do PSI intrapartidário entre as UF's de cada partido como uma variável capaz de capturar as mobilizações das respectivas estruturas intrapartidárias – tanto nas respostas organizacionais as pressões do ambiente eleitoral como nas capacidades de agência das cúpulas partidárias na elaboração das estratégias eleitorais (ver gráfico 1, p.3).

No que diz respeito ao terceiro grupo de variáveis relacionadas a performance eleitoral utilizamos dois tipos de variáveis: 1-) a soma dos votos controlados pelo tamanho do eleitorado nos estados em cada eleição²¹; 2-) a soma de agremiações coligadas com os

²⁰ “Yet, and at a minimum, the concept of system is meaningless – for purposes of scientific inquiry – unless (i) the system displays properties that do not belong to a separate consideration of its component elements and (ii) the system results from, and consists of, the patterned interactions of its component parts, thereby implying that such interactions provide the boundaries, or at least the boundedness, of the system [...] A major source of confusion is, possibly, that while it cannot be said that a single party produces a ‘system of parties’, it can be said that each party can be perceived (from the inside or studied in isolation) as a ‘system’, meaning that each party is as such a microcosm of its own and indeed a miniature political system.” (Sartori, 2005, p. 39)

²¹ Vale destacar que no Brasil os distritos eleitorais são os estados federativos.

quatro partidos analisados em cada estado: a ampliação do número de coligações proporcionais é uma estratégia interessante, pois expande a abrangência das campanhas em diversos municípios e regiões e aumenta as chances dos maiores partidos melhorarem suas performances eleitorais.

Os dados utilizados advêm do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas), contemplando os 27 estados brasileiros. Em síntese, o *paper* propõe a existência de um estreito vínculo em um partido entre o comportamento de sua cúpula partidária e suas respectivas performance eleitoral e capacidade de articulação dos recursos intrapartidários. Nos partidos políticos brasileiros, o desenvolvimento histórico desse vínculo pode ajudar a explicar a trajetória da setorização das eleições nacionais.

4) Circulação e territorialidade das elites nas cúpulas partidárias

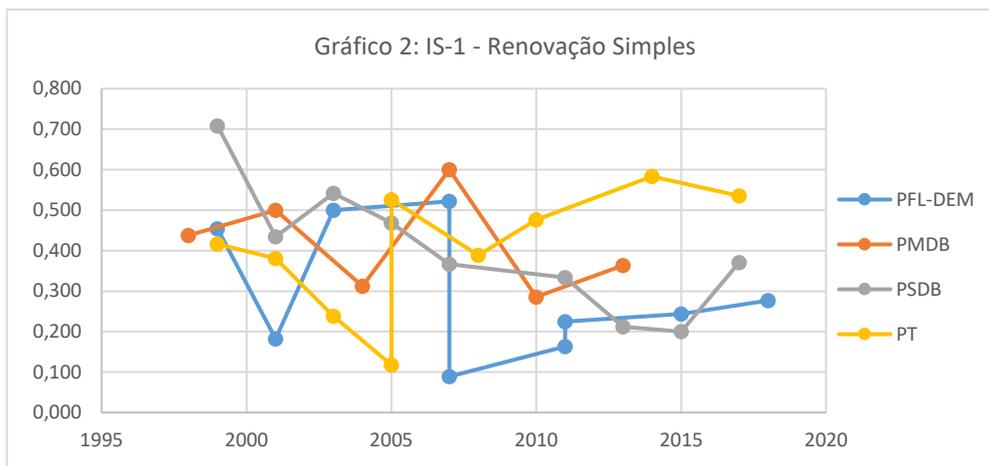
A disposição das forças que disputam continuamente espaços nas cúpulas do DEM, PMDB, PSDB e PT apresentam trajetórias distintas entre suas lideranças, variando de forma diferente com as sucessivas eleições internas. Para entender as características da circulação entre ingressantes e retornantes nos órgãos máximos dos partidos, dois movimentos são necessários – primeiro, levantar os diferentes níveis de rotatividade entre as novas e tradicionais elites intrapartidárias e, segundo, mapear essas disputas pelo controle das organizações no contexto político brasileiro. Finalizado esses dois passos, é possível passar para as variáveis de ordem eleitoral e organizacional que desequilibram essas disputas pelo protagonismo intrapartidário e, portanto, também influenciariam nas estratégias eleitorais e caminhos setorizados adotados pelos partidos brasileiros.

Se compararmos entre as Executivas Nacionais dos partidos analisados as taxas de Renovação Simples²² (IS-1) –, no gráfico 2 (p.17), e as Taxas de Reeleição²³ (IS-5), no gráfico 3 (p.18), diferentes níveis de rotatividade nas ocupações das cúpulas partidárias podem ser constatados.

$$\text{IS-1 – Renovação Simples} = \frac{E}{CM}$$

²² Proporção de estreatantes (E) no órgão frente ao total de cargos da CEN no respectivo mandato (CM).

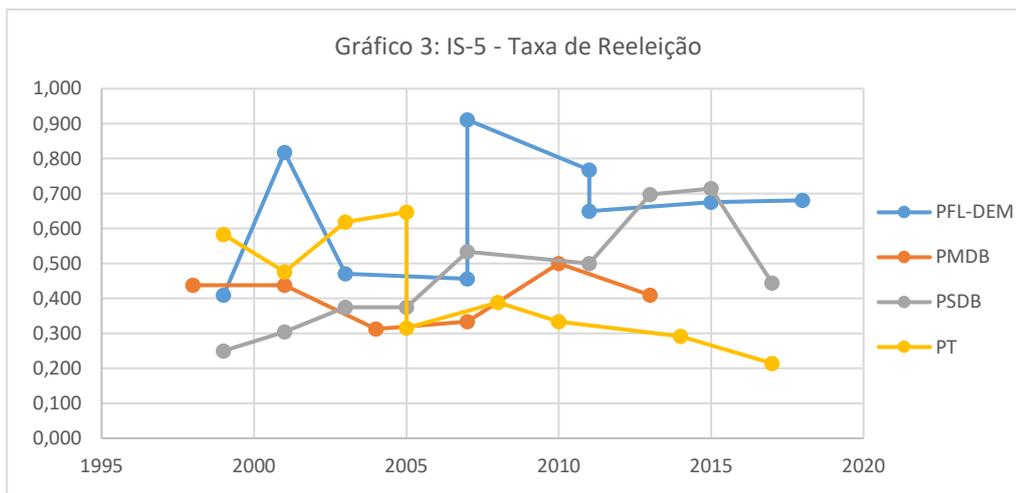
²³ Razão entre os reeleitos (R) no órgão sobre o total de cargos na CEN no respectivo mandato (CM).



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE

Ambos os indicadores revelam que, apesar de sujeitas aos mesmos incentivos institucionais-eleitorais, os padrões de rotatividade da ocupação das CEN de DEM, PMDB, PSDB e PT variam fortemente – indicando que as suspeitas sobre a insuficiência das regras eleitorais para explicar as formas de organização do partido e o fenômeno da setorização eleitoral possam ser confirmadas. Isto é, submetidas ao mesmo arranjo institucional, os partidos apresentam dinâmicas intrapartidárias próprias. No período observado, enquanto o PSDB apresentou uma renovação gradualmente menor na composição de sua cúpula – variações entre 0,7 e 0,2 na composição da CEN, com pequenos desvios em 2001-2003 e 2015-2017 –, o PMDB apresentou uma trajetória alternada de renovação na composição da CEN, com diferentes níveis de picos e vales na ocupação da CEN – entre os intervalos 0,6 e 0,3. Já o PT e o PFL-DEM apresentaram trajetórias de renovação em direções opostas com episódios de mudanças agudas seguidos por períodos com tendências mais estáveis – variando, no primeiro caso, entre 0,1 e 0,6 e, no segundo caso, entre 0,5 e 0,1.

$$IS-5 - Taxa de Reeleição = \frac{R}{CM}$$



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE

Ainda sobre rotatividade, mais especificamente a falta da mesma, as tendências de reeleição apresentadas nos quatro partidos também variam. O PMDB e o PSDB apresentam, em geral, taxas com tendências constantes – no primeiro caso, uma trajetória de reeleições mais estável, variando pouco (entre 0,3 e 0,5), e, no segundo caso, uma trajetória de reeleições com taxas ascendentes, variando entre 0,25 e 0,7, a exceção da inflexão descendente no período entre 2015 e 2017 (0,7-0,45). PT e DEM, assim como em suas curvas de renovação simples, apresentam taxas de reeleição em direções opostas com episódios de mudanças agudas seguidos por períodos com tendências mais estáveis na ocupação da CEN, no entanto, em sentidos inversos ao gráfico anterior – variando entre 0,65 e 0,2 no caso do PT e entre 0,4 e 0,9 no caso do DEM.

Se sob o mesmo arranjo macro institucional as composições das cúpulas dos partidos têm tendências de rotatividade distintas, o que poderia afetar as disputas entre forças intrapartidárias pela CEN? Ao qualificar os movimentos de renovação – entendo o perfil dos estreantes entre as lideranças – e de articulação da estrutura intrapartidária – ajustes nas dimensões da cúpula para acomodar ou não novas e velhas elites – podemos começar a responder à pergunta.

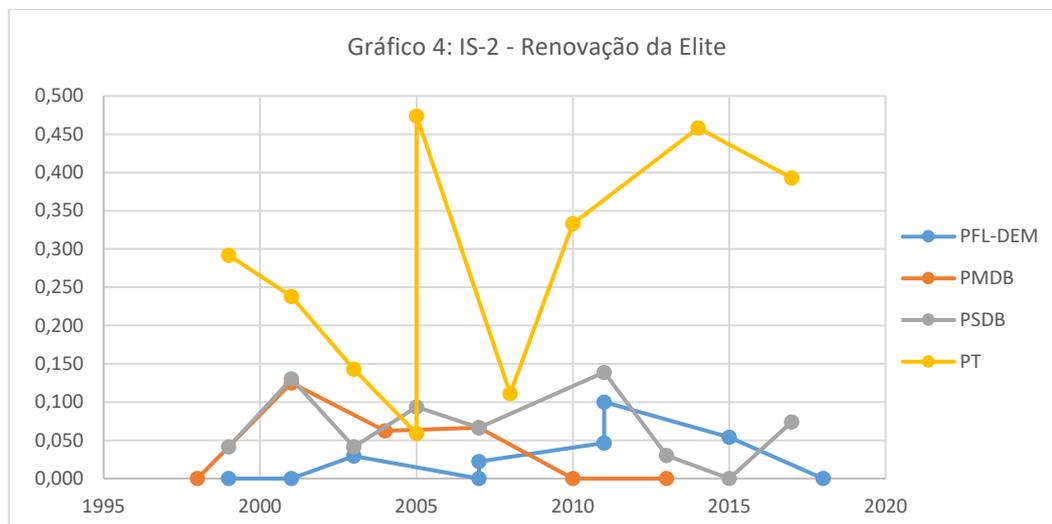
O índice de Renovação da Elite²⁴ (IS-2), gráfico 4 (p.19), e a Taxa de Estreantes de Elite²⁵ (ISM-4) – calculado pela razão entre os estreantes de elite (EE) pelo total de estreantes no órgão (TE), gráfico 5 (p.19), possibilitam observar se os níveis de renovação das Executivas Nacionais dos partidos são integrados por estreantes de elite ou estreantes

²⁴ Calculado pela razão entre os estreantes ordinários (EO) pelo total de cargos do órgão (CM).

²⁵ Calculado pela razão entre os estreantes de elite (EE) pelo total de estreantes no órgão (E)

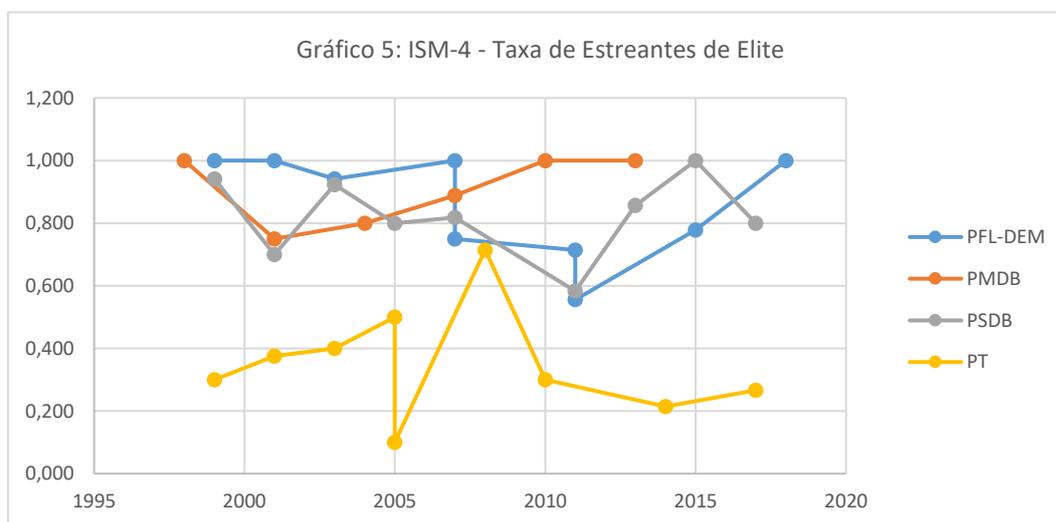
ordinários, ou seja, se as mudanças nas ocupações das CEN são mobilizadas por elites eleitas/carreiristas ou por militantes/base do partido.

$$IS-2 - Renovação da Elite = \frac{EO}{CM}$$



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE

$$ISM-4 - Taxa de Estreantes de Elite = \frac{EE}{E}$$



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE

Ambos os índices, IS-2 e ISM-4, mostram que os casos estudados podem ser divididos em dois grupos quanto ao perfil das novas lideranças. Um primeiro composto apenas pelo PT, o qual apresentou em seus quadros de renovação na CEN uma maior parte de membros ligados à sua base – a exceção de 2008 –, apesar de ainda manter um

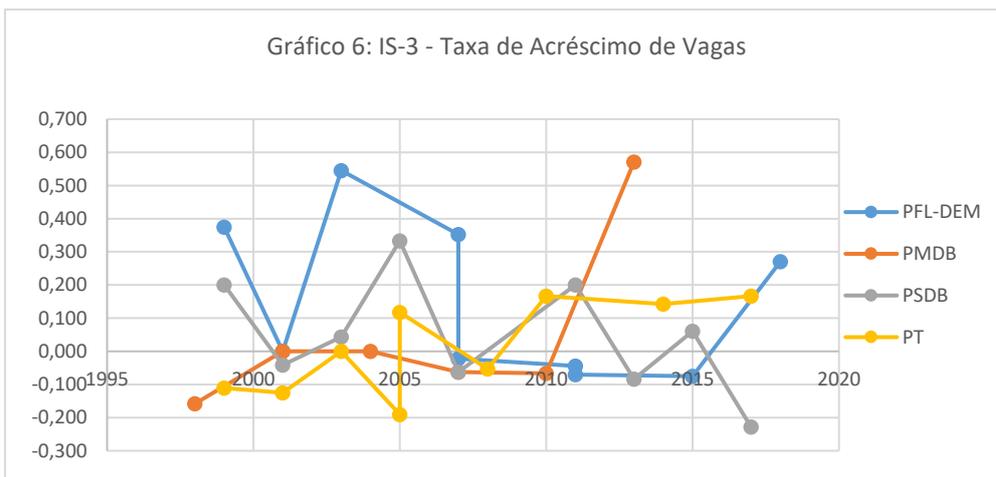
conjunto considerável de carreiristas no principal órgão do partido. O segundo é composto por DEM, PMDB e PSDB, tal grupo apresenta baixíssimos números em sua renovação por integrantes de suas bases e majoritários carreiristas compondo as novas forças das respectivas Executivas Nacionais – ainda que exponham variações particulares em suas tendências de renovações. Os perfis das novas forças que se infiltrarem nas correspondentes CEN's mostram a força do ambiente eleitoral na renovação das cúpulas – a despeito do PT desviar dos demais casos. Para ultrapassar a barreira de acesso ao topo das organizações, apresentar um histórico eleitoral em um cargo de nível nacional (Deputado Federal, Senador ou Governador) é um pré-requisito necessário na parte majoritária dos casos. Os dados levantam fortes indícios sobre o impacto da performance eleitoral nas reformulações das forças que compõem as Executivas Nacionais – principalmente nas cúpulas DEM, PMDB e PSDB, à exceção do PT.

O ingresso de novatas lideranças nas composições das CEN's não necessariamente leva a rotatividade das elites, a estrutura da organização muitas vezes pode ser articulada para acomodar novas e tradicionais elites de acordo com as pressões internas e externas no partido. A Taxa de Acréscimo de Vagas²⁶ (IS-3), gráfico 6 (p.21), e o índice de Renovação Inercial²⁷ (IS-4), gráfico 7 (p.21), ajudam a entender essa relação entre variações das dimensões dos órgãos partidários e acomodação de elites dirigentes.

$$IS - 3 - Taxa de Acréscimo de Vagas = \frac{(CM) - (CM - 1)}{CM - 1}$$

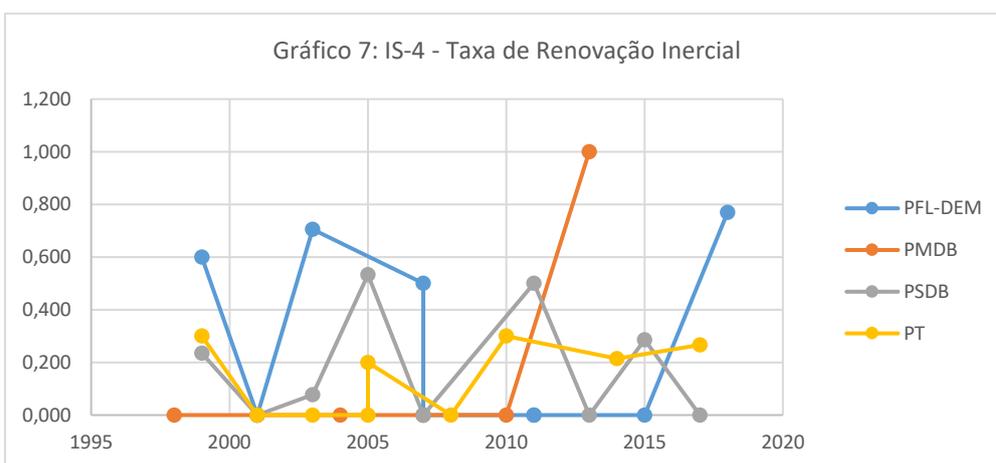
²⁶ Calculado a partir da relação percentual entre a quantidade de cargos do mandato referência (CM) frente a quantidade de cargos do mandato imediatamente anterior (CM-1).

²⁷ Razão entre a variação do número de vagas (#) do órgão (CM – [CM-1]) e o número de estreates (E). A renovação Inercial é = 0% se a variação do total número de vagas de determinada CEN ([CM] – [CM-1]) for ≤ 0. Já que, dessa maneira, no respectivo mandato a variação do tamanho do órgão não serviria a acomodação tanto das elites estreates como das tradicionais. A renovação Inercial é = 0% se a variação do total número de vagas de determinada CEN ([CM] – [CM-1]) for ≤ 0. Já que, dessa maneira, no respectivo mandato a variação do tamanho do órgão não serviria a acomodação tanto das elites estreates como das tradicionais.



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE

$$IS-4 - Renovação Inercial = \frac{\#}{E}$$



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE

As curvas do IS-3 evidenciam as múltiplas variações dos números de assentos das Executivas Nacionais observadas e demonstram que a articulação interna da estrutura partidária pelas lideranças é um instrumento utilizado frequentemente para regular novas e tradicionais elites intrapartidárias. No que diz respeito se essa regulação serve para acomodar novas e/ou velhas elites, o IS-4 esclarece os casos abordados – quanto mais a inclusão das elites estreatas ocorrer em decorrência da expansão das dimensões do órgão, e não como fruto de embates internos (substituições de elites), maiores são os índices de Renovação Inercial (IS-4). Ou seja, se a inclusão de novas forças estiver associada ao aumento dos cargos do respectivo órgão, então, tal renovação ocorre sem prejuízo as tradicionais elites – acomodando ambas as partes na cúpula do partido. O PMDB e o PT apresentam um cenário de estabilidade da renovação inercial em

baixíssimos índices, com episódios de variações – no caso pemedebista, um salto agudo (100%) na última conformação da CEN (2010-2013) e, no caso petista, dois períodos de instabilidade (1999-2001; 2005-2010) intercalam dois intervalos de estabilidade (2000-2005; 2010-2017) ambos em baixos níveis. O PSDB apresentou uma curva de renovação inercial quase que sucessivamente alternada e o DEM uma curva predominantemente instável, intercalada por um período estabilidade (2007-2015) – nos dois partidos o aumento das cadeiras das CEN's ocorreram em níveis razoavelmente altos. Na maior parte das trajetórias de ocupações das Executivas Nacionais a acomodação entre novas e tradicionais elites apareceram intercaladas com movimentos de instabilidade, embate entre forças intrapartidárias – com a exceção ao período entre 2010 e 2017 no PT e o caso do PMDB, majoritariamente. Tais comportamentos das tendências apontam para alternados cenários de articulação das cúpulas partidárias entre movimentos de abertura e de fechamento das cúpulas às novas forças em diferentes níveis – intensas e frequentes disputas pelo controle da organização do partido, nas quais a articulação da estrutura partidária é um fator central.

Entre esses diferentes episódios de abertura e fechamento – acomodações e disputas entre novas e tradicionais tendências intrapartidárias –, quais realmente foram os efeitos sobre os níveis domínio majoritário das ocupações das Executivas Nacionais dos partidos estudados? De maneira mais específica, as pressões do ambiente eleitoral e as articulações da estrutura intrapartidária afetaram os níveis de rotatividade nas cúpulas dos partidos a ponto de impactar sensivelmente as oligarquias tradicionais que dominam continuamente as CENs? Jogam luz sobre tal relação os dados referentes as curvas de Substituição Simples²⁸ (IS-6), gráfico 8 (p.23); da Renovação da Elite²⁹ (IS-7), gráfico 9 (p.24); e da Renovação da Elite por Estreantes Eleitos³⁰ (ISM-5), gráfico 10 (p.24).

O índice de Substituição Simples (IS-6) ajuda a observar os impactos sucessivos da rotatividade da cúpula do partido, sem diferenciar o perfil dos ingressantes e suspendendo o efeito da Renovação Inercial (-#). Isto é, o IS-6 verifica os níveis graduais de mudança entre os componentes da CEN, sem diferenciar se são novas ou velhas forças

²⁸ Calculado a partir soma entre estreantes (E) e retornantes não-reeleitos (REN), menos a variação do número de vagas (#) entre o mandato anterior e o presente, dividido pelo total de cargos do órgão (CM).

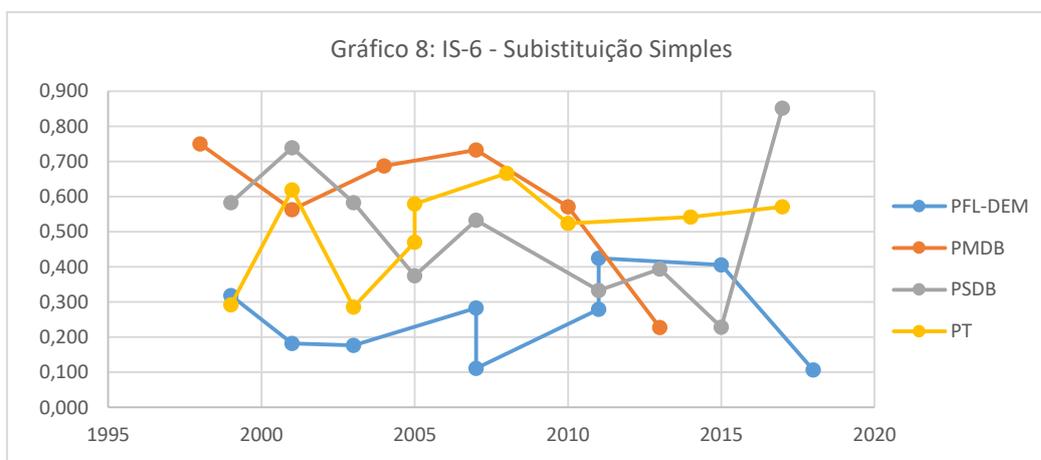
²⁹ Calculado a partir soma entre os estreantes ordinários (EO) e retornantes não-reeleitos (REN), menos a variação do número de vagas (#) entre o mandato anterior e o presente, dividido pelo total de cargos do órgão (CM).

³⁰ Calculado a partir da subtração entre os estreantes eleitos e a variação do número de vagas (#) entre o mandato anterior e o presente, dividido pelo total de cargos do órgão (CM).

intrapartidárias. O índice de Renovação da Elite (IS-7) qualifica o impacto dessa rotatividade, verificando se a mesma é fruto da reorganização de forças intrapartidárias – da base (EO) e da elite partidária (REN), novas e tradicionais forças. E, de forma complementar, o índice de Renovação da Elite por Estreante Eleitos examina o impacto dessa rotatividade por parte de atores ingressantes de origem externa aos partidos, eleitoral (EE).

A comparação entre as curvas de Substituição Simples (IS-6) evidencia aberturas e fechamentos das cúpulas partidárias em diferentes níveis e tendências. No início do período analisado, final da década de 90 até 2005-2007, PMDB e DEM apresentaram tendências de rotatividade razoavelmente constantes – sendo o primeiro caso em níveis altos (0,75-0,6) e o segundo em níveis baixos (0,3-0,1). Já PT e PSDB, nesse inicial período, apresentaram curvas mais agudas de rotatividade, nas quais o Partido dos Trabalhadores variava em ondulações de renovações mais cíclicas (0,3-0,6) e os sociais democratas em ondulações gradualmente decrescentes (0,75-0,4). Na segunda parte do período analisado, 2005-2007 adiante, PMDB e DEM passam a apresentar instabilidades em seus níveis de rotatividade – PMDB em uma curva gradualmente descendente (0,75-0,2) e o DEM uma curva mais ‘parabólica’, um crescimento seguido de um decrescimento (0,4-0,1). O PT, no segundo período, apresentou níveis de rotatividade mais constantes (0,65-0,5) e o PSDB uma curva predominantemente decrescente (0,55-0,25), até um imenso salto no final do período (0,25-0,85).

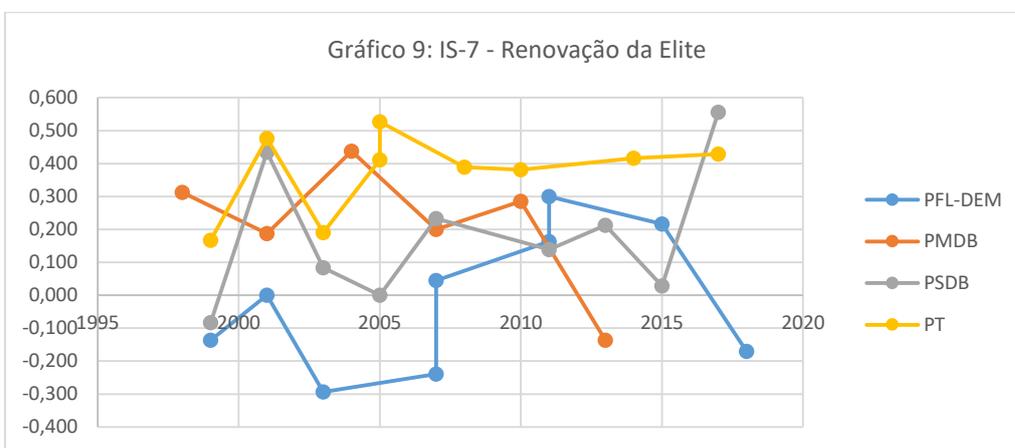
$$IS-6 - \textit{Substituição Simples} = \frac{(E+REN)-\#}{CM}$$



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE

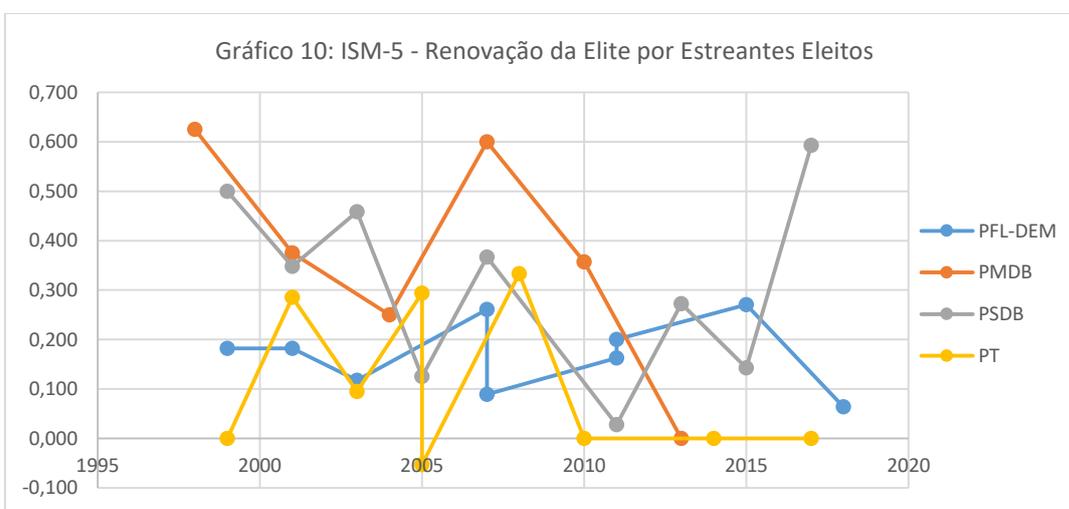
As diferentes trajetórias das curvas de rotatividade de DEM, PMDB, PSDB e PT esclarecem que os níveis de abertura das cúpulas partidárias variaram de forma diversificada – em períodos rotatividade mais constantes e intensos, crescentes e decrescentes, graduais e agudos, enfim, impactando de forma diversificada os níveis de abertura das Executivas Nacionais dos partidos estudados. Entretanto, qual o perfil dessas forças que ultrapassaram as barreiras de ingresso à cúpula partidária. Os índices de Renovação da Elite (IS-7), gráfico 9 (p.24), e de Renovação da Elite por Estreantes de elite (ISM-5), gráfico 10 (p.24), permite observarmos se os ingressantes são de origem interna ou externa ao partido, como descrito anteriormente.

$$IS-7 - Renovação da Elite = \frac{(EO+REN)-\#}{CM}$$



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE

$$ISM - 5 - Renovação da Elite por Estreantes Eleitos = \frac{EE - \#}{CM}$$



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE

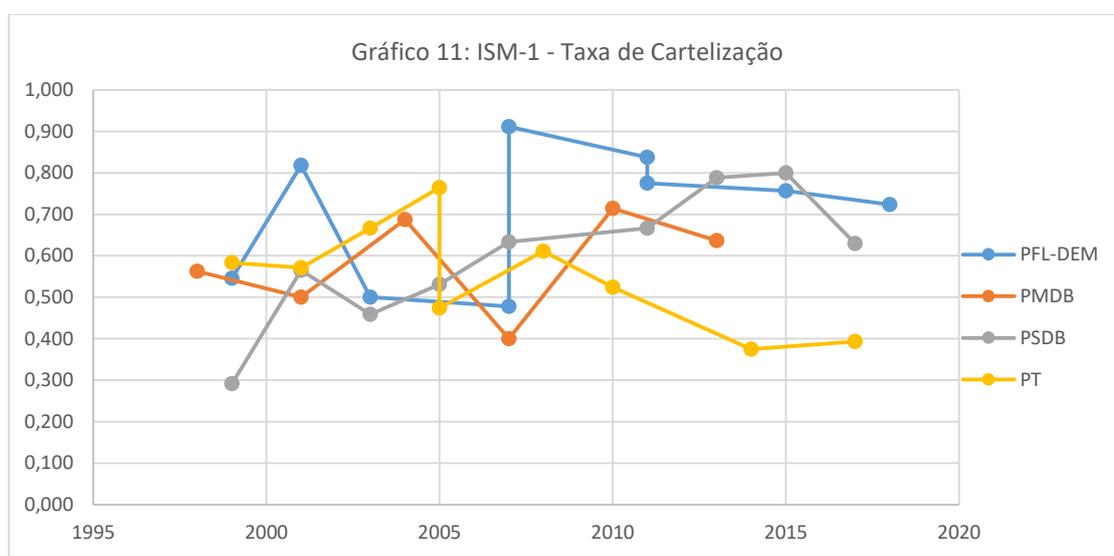
Entre os casos estudados no período analisado, é no Partido dos Trabalhadores onde houve maior abertura para elites intrapartidárias e a base do partido acessarem a cúpula da organização – às exceções de 1999 e 2003, os níveis dos índices de Renovação da Elite (IS-7) por origem interna mantiveram-se entorno de 0,4 à 0,5 na CEN. E, complementarmente, foi também no PT onde os Estreante Eleitos, atores de origem externa, tiveram o espaço mais curto no período analisado, intermitentemente entre 2001 e 2008, em níveis variando de 0,1 à 0,3 na CEN. PMDB e PSDB apresentaram composições com trajetórias, até certo ponto, similares entre suas respectivas rotatividades por atores externos e internos – indicando que suas respectivas aberturas as disputas entre atores internos e externos ao partido para ingressar na cúpula dos partidos eram menos intensas que nos demais casos. Apesar dessas similaridades, o comportamento das curvas entre PSDB e PMDB divergem. Enquanto o PSDB apresenta, majoritariamente, trajetórias de rotatividade alternativamente instáveis – decrescente, em um primeiro momento, e crescente no final do período, o PMDB apresenta uma trajetória de rotatividade gradualmente decrescente, com picos isolados. O DEM revela em suas trajetórias de rotatividade, no IS-7 e ISM-5, uma presença mais constante de atores de origem externa ao partido entre os ingressantes, variando entre 0,1 e 0,3. Entre 2007-2015, há um pico de estreantes de origem intrapartidária no partido (chegando a representar 0,3 das cadeiras da CEN), entretanto, essa breve ascensão é seguida de uma acentuada queda.

Por um meio de um exame rápido e superficial dos processos de rotatividade nas cúpulas do DEM, PMDB, PSDB e PT percebe-se que as dinâmicas de conflitos intrapartidárias pelo controle da organização não são estáticas. As disputas entre novas e tradicionais elites, compostas por atores de origem interna e externa às organizações, trilham múltiplas trajetórias de circulação das elites nos órgãos máximos dos partidos. Entretanto, esses plurais e intensos movimentos de rotatividade impactam até que nível o domínio das cúpulas partidárias?

Do lado dos estreantes estão os retornantes, as oligarquias – elites intrapartidárias que ocupam ou ocuparam as cúpulas dos partidos. Esses são compostos dirigências eleitas, em um momento anterior, ou reeleitas nas Executivas Nacionais dos partidos. É o grupo com maior presença recorrente em todas as organizações estudadas, como as

Taxa de Cartelização³¹ das CEN's mostram (gráfico 11, p.26). Dizer que as cúpulas partidárias brasileiras do DEM, PMDB, PSDB e PT têm níveis altos de oligarquização em suas trajetórias de ocupações de suas respectivas cúpulas no período investigado não é nenhum exagero – o impacto das rotatividades dos ingressantes nas composições das Executivas Nacionais pode ter amenizado o processo de oligarquização em alguns casos, mas esse ainda se apresenta com força nas organizações no período analisado.

$$\text{ISM-1 - Taxa de Cartelização} = \frac{(RE)}{CM}$$



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE

Inspirados em características da classificação de Katz e Mair (1995) sobre a cartelização de sistemas partidários para a ordem do sistema intrapartidário, é possível observar os processos de fechamento e abertura do “cartel” das elites partidárias. O PSDB apresentou, majoritariamente, uma curva gradativa de fechamento da Executiva Nacional a novos desafiantes na maior parte do período analisado – saindo 0,3 e chegando até 0,8 dos cargos ocupadas por elites intrapartidárias. O PMDB trilhou uma trajetória alternada entre aberturas e fechamentos de sua cúpula em níveis também alternados. Se comparado as demais organizações, o partido emedebistas apresentou a menor das amplitudes de cartelização (0,4-0,7) – variou em um intervalo mais constante, saindo de 0,55 à 0,65. O processo de cartelização das cúpulas petista e democrata foram marcados por iniciais episódios turbulentos, entre aberturas e fechamentos, seguidos de períodos com

³¹ Calculadas a partir da razão entre retornantes (RE) e o número total de cargos do órgão (CM).

tendências mais constantes – sendo que o PT se estabelece em níveis de cartelização notavelmente mais baixos (0,4) que os demais partidos e o DEM em altos níveis de cartelização (0,75), junto ao PSDB (0,65) e PMDB (0,65).

Os perfis dos ingressantes nos partidos estudados apontam que as janelas de abertura das Executivas Nacionais, variavelmente mais ou menos escancaradas, são aproveitadas por desafiantes de origem interna e, principalmente, externa às organizações partidárias de acordo com as diversas trajetórias de rotatividade – suscetíveis ao ambiente eleitoral e a articulação interna da estrutura intrapartidária. Apesar do impacto sensível da rotatividade nos órgãos máximos dos partidos, os processos de oligarquização permanecem fortes, mesmo apresentando importantes variações entre os casos estudados. Identificar essas características de rotatividade e seus efeitos sobre a cartelização nas CEN's é insuficiente para atestar os efeitos das pressões eleitorais e organizacionais nos padrões de ocupação das cúpulas partidárias e suas estratégias. Conflitos pelo controle e mobilização estratégica das organizações partidárias são moldados pelos territórios onde ocorrem (Panebianco, 2005) – a dispersão das sedes das organizações entre os estados, a concentração de recursos e filiados em determinadas regiões e o local de gênese da organização são alguns fatores territoriais determinantes nas disputas pelo domínio e controle da organização.

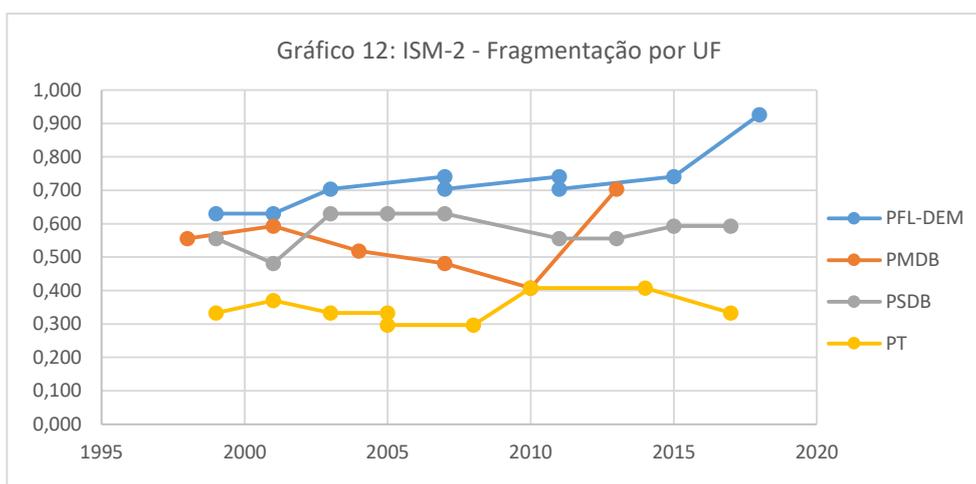
Disputas pelo topo das organizações ocorrem contextos sociopolíticos específicos e envolvem múltiplas arenas paralelas (governamental, eleitoral e organizacional), mapear as fronteiras dessa competição pelo controle das cúpulas é um passo decisivo para entender as dinâmicas de circulação das cúpulas partidárias e identificar as tendências que participam dessa dinâmica. Uma forma de contextualizar para a realidade brasileira contemporânea esses embates pelo controle dos partidos é ponderar o federalismo como um eixo classificatório da competição espacial pelas CEN's nos sistemas intrapartidários, em cada caso estudado.

No federalismo brasileiro, as Unidades da Federação (UF's), ou estados, demarcam ao mesmo tempo as fronteiras das circunscrições das eleições nacionais e unidades de órgãos partidários centrais na estruturação nacional das organizações (diretórios estaduais). Observar as dinâmicas intrapartidárias nacionais por suas unidades estaduais (Partido-UF) permite verificar, também ao mesmo tempo, quais órgãos projetam lideranças com mais ou menos força nas Executivas Nacionais e se as performances eleitorais nessas mesmas unidades podem ter impulsionado ou não tais

ascensões – podendo, assim, identificar possíveis tendências de alinhamento entre as arenas organizacionais e eleitorais nos partidos. Desagregar a disputa pelas cúpulas partidárias por suas unidades estaduais possibilita transitar paralelamente entre embates eleitorais e articulações organizacionais e, também, mapear quais forças/tendências estaduais que protagonizam e desafiam o controle nas respectivas instâncias nacionais.

Entender a distribuição territorial do poder organizacional do partido no Brasil ajuda a identificar as características das tendências dominantes e desafiantes nas cúpulas dos partidos. As taxas de Fragmentação³² da CEN por UF, gráfico 12 (p.28) dão um panorama inicial dos níveis de dispersão territorial do poder nas organizações partidárias estudadas.

$$\text{ISM-2 – Taxa de Fragmentação} = \frac{N-UF}{27}$$



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE

Como o ISM-2 mostra, as taxas de fragmentação dos cargos das CEN's pelo território brasileiro apresentam níveis de dispersão distintos, mas trajetórias predominantemente constantes. O PT destaca-se por apresentar as menores taxas de fragmentação entre as organizações examinadas durante todo o período analisado – entre os quatro casos, é o partido com a distribuição de poder mais concentrada no território, mantendo representação em sua cúpula de apenas 30% à 40% das UF's brasileiras. O DEM, por outro lado, apresenta a maior fragmentação dos cargos das Executivas Nacionais entre os casos estudados no recorte de tempo analisado e, também, a maior

³² Calculado a partir do número de UF's representadas na CEN (N-UF) em cada mandato dividido por 27 (total de UF's do Brasil).

variação da amplitude de dispersão territorial do poder no partido – consolidada pela tendência gradativa de fragmentação do partido, saindo de 65% para 90%. Apesar de apresentarem níveis semelhantes de fragmentação, o PSDB e o PMDB apresentam curvas de dispersão de poder com trajetórias distintas. Enquanto, o PSDB trilhou caminhos mais lineares em seus níveis de fragmentação – iniciando o período com 55% e terminando com 60% –, o PMDB passou por maiores inflexões em suas trajetórias de fragmentação – um primeiro momento de concentração (55%-40%) e um agudo salto de dispersão (40%-70%).

Entre as tendências dominantes e desafiantes nas cúpulas partidárias, o poder para controlar as organizações está diferentemente disperso entre DEM, PMDB, PSDB e PT. Esses diferentes níveis de fragmentação no território podem impactar na organização das estratégias eleitorais formuladas e nas cadeiras almejadas. E, tendo em vista as estáveis trajetórias de fragmentação em níveis distintos e relativamente constantes no período investigado, é possível esperar uma rotinização dessas estratégias e a formação de setores eleitorais de disputas privilegiados com o passar do tempo em cada partido.

Como descrito anteriormente, a dinâmica de rotatividade entre estreates e retornantes é complementar a territorialidade da competição intrapartidária pelo controle das cúpulas das organizações. Nesse sentido, para observar como a rotatividade e territorialidade impactam conjuntamente as disputas pelas cúpulas dos partidos foram desenhadas as curvas dos índices de Centralização da Articulação Intrapartidária³³ (ISM-3) nas Executivas Nacionais, gráfico 13 (p.30). O ISM-3, ao ponderar as características de rotatividade e territorialidade, destaca o quanto o poder no partido está centralizado entre as elites partidárias tradicionais distribuídas nas UF's brasileiras – um passo importante para mapear a dispersão das oligarquias no partido.

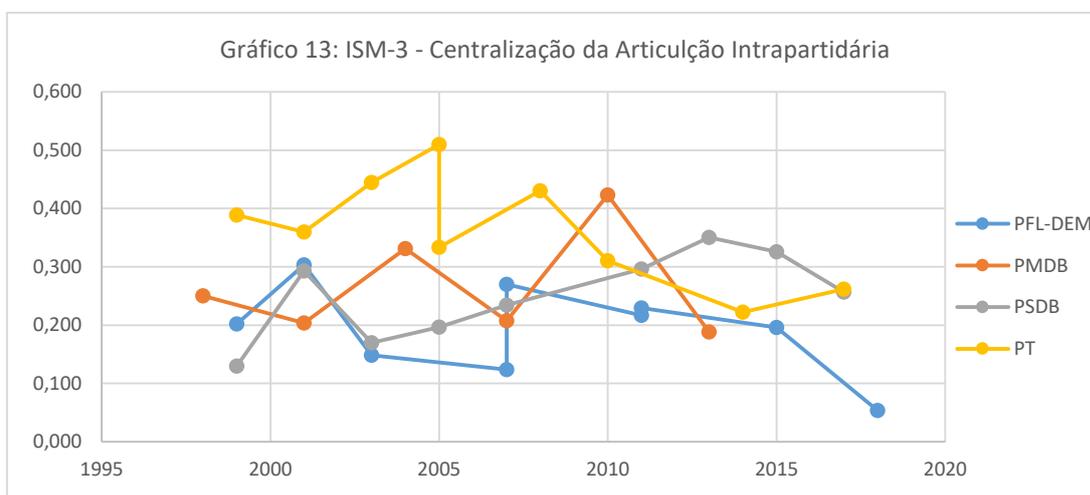
Pensando a relação entre as arenas organizacionais e as complexas eleições brasileiras – simultâneas para os cargos do Executivo e do Legislativo, entre os três níveis da federação (nacional, estadual e municipal) em 27 UF's –, as Executivas Nacionais de partidos políticos com altos ou baixos níveis de cartelização e de fragmentação provavelmente apresentam dificuldades de coordenação organizativa visando estratégias eleitorais com ambições nacionais – por exemplo, a cadeira da presidência –, na medida em que o a mobilização da estrutura organizacional entorno de um objetivo eleitoral

³³ Calculado a partir do produto entre a Taxa de Cartelização e 1 menos a Taxa de Fragmentação

central do partido encontrara obstáculos de múltiplos ou escassos polos de poder capazes de priorizar uma estratégia nacional em detrimento das demais estratégias estaduais. Partidos com CEN's de alta rotatividade (baixa cartelização) e bastantes fragmentadas também podem possuir dificuldades de coordenação eleitoral por apresentar polos de poder dispersos com baixas capacidades de centralização articuladora nas respectivas organizações. Já cúpulas de organizações com altas taxas de cartelização e pouco dispersas no território têm condições facilitadas, a princípio, de centralizar a mobilização da estrutura intrapartidária entorno de determinadas estratégias e objetivos, coordenando suas unidades organizacionais entorno das respectivas ambições sem tanta resistência. Mensuradas por ISM-3, as curvas de centralização da articulação intrapartidária por elites tradicionais buscaram traçar, portanto, as trajetórias de oligarquização e de articulação das organizações brasileiras estudadas – as potenciais capacidades que um grupo de dirigentes, o qual domina continuamente a cúpula de um partido, pode ter em mobilizar a estrutura interna de uma organização no território brasileiro em busca de suas respectivas ambições eleitorais.

ISM-3 – *Centralização = Taxa de Cartelização * (1 – Taxa de Fragmentação)*

$$Centralização = \left[\frac{(RE)}{CM} \right] * \left[1 - \left(\frac{N-UF}{27} \right) \right]$$



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE

Como o gráfico 13 mostra, as capacidade de centralização da articulação interna das cúpulas das organizações analisadas apresentam diferentes variações nas trajetórias de suas curvas, apesar da amplitude entre boa parte dos pontos representados nas curvas não serem tão distantes (0,1-0,4). PT e PSDB desenharam curvas de centralização

convergentes (0,25), no período analisado, saindo de pontos distantes (respectivamente, 0,4 e 0,1). As trajetórias de convergência das organizações do partido dos trabalhadores e o partido socialdemocrata se dão por um processo instável – mas predominantemente descentralizador no PT e um processo predominantemente centralizador no PSDB. Esses movimentos de descentralização e centralização se dão, tendo em vista os constantes níveis de fragmentação em ambos os casos, pela abertura petista e fechamento peessedebista das respectivas cúpulas no decorrer do período. DEM e PMDB, com períodos mais instáveis de cartelização e fragmentação, desenharam curvas de centralização com intensas inflexões, principalmente no segundo caso. Mesmo com essas inflexões agudas mais centralizadoras no PMDB e mais descentralizadoras no DEM, a maior parte dos pontos do gráfico 13, 75%, em ambos os casos, giraram entorno de pequenos intervalos de 0,25 e 0,2 e 0,2 e 0,3, respectivamente, no período examinado.

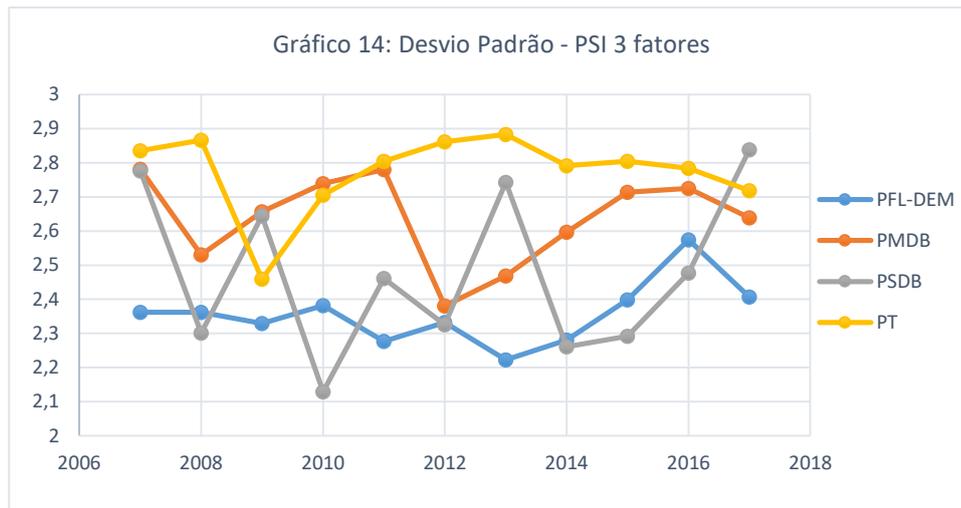
A análise das Executivas Nacionais do DEM, PMDB, PSDB e PT revelam que os níveis de rotatividade e a dispersão territorial da organização influenciam diferentemente na capacidade das elites intrapartidárias de centralizar a articulação da organização intrapartidária. No que diz respeito a articulação organizacional de eleições setorizadas, como o caso brasileiro, que fatores levaram as cúpulas partidárias a articular perenes estratégias eleitorais chegando a esse específico *outcome*? Acreditamos que as diferenças de concentração de recursos organizacionais e das performances eleitorais entre as unidades partidárias estaduais pode ajudar a explicar os padrões de ocupações das Executivas Nacionais dos casos estudados e, assim, a setorização eleitoral brasileira.

5) Recursos Organizacionais e Performance Eleitoral

A capacidade de desequilibrar as disputas pelo controle das organizações partidárias a favor de uma tendência, está na capacidade da mesma em dominar as zonas de incerteza do partido (Panebianco, 2005) – um conjunto de núcleos fundamentais para a sobrevivência e funcionamento da organização. Os embates entre as tendências controle dos recursos desses núcleos vitais intrapartidários seria o caminho para comandar a organização. As elites intrapartidárias que predominassem, portanto, sobre a mobilização da base (filiaos), arrecadação e gestão do financiamento, seleção das candidaturas, mudanças nas regras internas e tivessem maior ascendência sobre os órgãos do partido sairiam na frente na corrida pelo topo da organização.

Considerando a forma de estruturação organizacional dos partidos políticos brasileiros (Ribeiro, 2013) – que respeita as fronteiras geográficas municipais estaduais e nacionais – e os embates pelo controle das Executivas Nacionais do DEM, PMDB, PSDB e PT, levantamos em cada uma das 27 UF's brasileiras os dados referentes a dispersão dos filiados, a quantidade de órgãos municipais e as cotas do fundo partidário distribuído entre os órgãos partidários estaduais de cada caso, com o objetivo de observar os desequilíbrios nos conflitos intrapartidários entre as correspondentes tendências estaduais. Nesse sentido, partindo do pressuposto que cada organização se comporta como um sistema próprio (sistema intrapartidário), adaptamos o comparativo *party strenght index* (PSI) (Webb and Keith, 2017) para mensurar os desequilíbrios de força organizacional entre as tendências estaduais de cada um dos partidos em análise. O PSI é um índice composto pelos scores padronizados (z-scores) de um conjunto de indicadores controlado pelo tamanho do eleitorado, a variante utilizada mobiliza três fatores – considerando a unidade de análise cada uma das 27 tendências estaduais por partido (Partido-UF). Dessa forma, para cada Partido-UF, o PSI seria resultado da agregação dos scores padronizados da: 1) filiação partidária por UF/eleitorado nacional; 2) diretórios municipais por UF/ eleitorado nacional; e 3) cota anual do fundo partidário repassado à cada UF/ eleitorado nacional.

Seguindo a linha de raciocínio, cada uma das quatro organizações em estudo seria um sistema intrapartidário composto por 27 unidades de Partidos-UF, com seus respectivos recursos organizacionais desequilibrantes (filiados, órgãos e financiamento), tentando dominar a cúpula da organização. As curvas dos desvios padrões entre os PSI's das tendências partidárias estaduais, gráfico 14 (p.33), ilustram os desiguais níveis de força organizacional no DEM, PMDB, PSDB e PT entre 2007 e 2017.

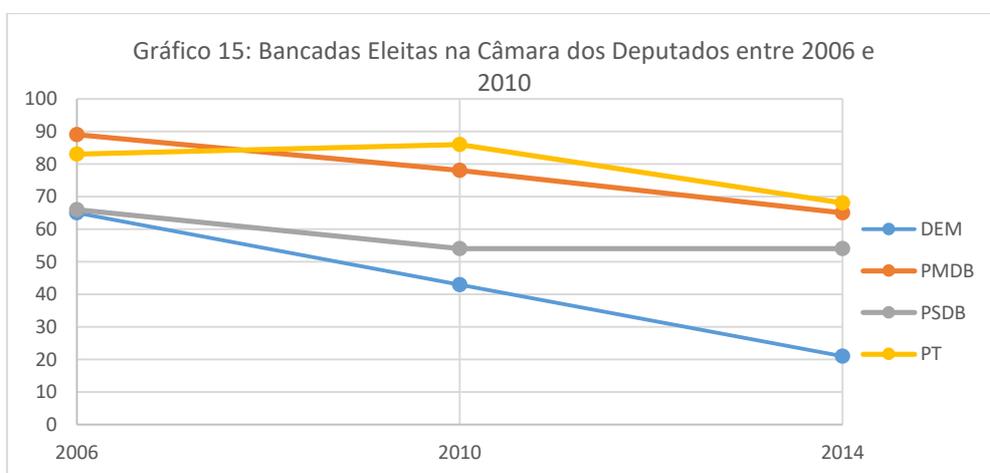


Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE

O desvio padrão (DP) mensura a dispersão dos pontos de uma amostra entorno da média – um baixo desvio padrão indica que os pontos da amostra estão próximos à média e um alto desvio padrão que estão longe. No presente texto, um alto DP do PSI significa uma baixa dispersão (maior concentração) dos recursos organizacionais em um menor número de tendências estaduais nos partidos, e vice-versa. Como exposto no gráfico 14, PT e DEM foram as organizações que desenharam curvas dos seus DP's dos respectivos PSI's mais estáveis no intervalo de tempo representado. Foram os dois partidos estudados que apresentaram maior estabilidade na dispersão dos recursos organizacionais entre as tendências estaduais – em níveis mais altos, o PT variou entre 2,7-2,9, a exceção de 2009, e o DEM, em níveis mais baixos, entre 2,2-2,4, a exceção de 2016. Ambas as trajetórias revelam que a distribuição de recursos organizacionais foi relativamente estável nos dois partidos, os níveis de desigualdade de força organizacional entre as tendências estaduais se mantiveram relativamente os mesmos, fora os episódios anuais citados. Já os níveis de desigualdade de força organizacional entre as tendências estaduais no PSDB e no PMDB variaram dinamicamente no mesmo intervalo. As tendências estaduais no PSDB passaram por alternados movimentos de aumento e diminuição das desigualdades de recursos internos entre 2007 e 2014, seguido de um gradual movimento de concentração de recursos organizacionais entre 2014 e 2017. No PMDB, as elites partidárias estaduais passaram por dois episódios agudos de diminuição da desigualdade de recursos organizacionais interna, entre 2007-2008 e 2011-2013, sucedidos por graduais aumentos da concentração dos recursos organizacionais. As dinâmicas de alocação dos recursos internos do partido são diversas nos casos estudados e podem ter diferentes impactos nos

padrões de ocupação das cúpulas partidárias. Na seção seguinte os modelos de regressões lineares múltiplas demonstram se essas variações nas forças organizacionais internas das tendências estaduais do DEM, PMDB, PSDB e PT têm repercussão sobre o acesso as Executivas Nacionais e quais seriam essas relações.

Além dos embates intrapartidários pelo controle dos recursos organizacionais do partido, outro fator que impacta diretamente a conformação e as estratégias da cúpula do partido são as variações do ambiente externo ao partido – em especial, o histórico da performance eleitoral (Panebianco, 2005; Janda, 1990). Nesse sentido, tendo como referência os mandatos da CEN's dos casos estudados seguintes as eleições de 2006 e 2014, levantamos os dados eleitorais em termos de desempenho eleitoral (votação) e número de partidos por coligação em cada estado – um resumo dos dados eleitorais é apresentado no Anexo I. O gráfico 15 (p.34) ilustra o panorama geral dos resultados agregados do desempenho eleitoral nas eleições da Câmara dos Deputados entre 2006 e 2014 nas quatro organizações analisadas. Além disso, acrescentamos o IDH como uma variável socioeconômica de controle, que apresenta impactos importantes na arena eleitoral, seja no comparecimento eleitoral ou mesmo na performance de cada partido.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do site da Câmara dos Deputados

6) *Renovação e centralização nos partidos políticos brasileiros: as cúpulas das organizações e o processo de setorização eleitoral*

Para mensurar os impactos dos fatores eleitorais e organizacionais nas cúpulas partidárias e, assim, observar os efeitos sobre a organização das estratégias nas eleições brasileiras, dois modelos foram desenvolvidos e aplicados nas quatro organizações estudadas (DEM, PMDB, PSDB e PT). Como anos de referência, os dados referentes ao processo eleitoral e aos recursos organizacionais são correspondentes as eleições de 2006, 2010 e 2014 e os dados que dizem respeito a cúpula das organizações correspondem aos mandatos iniciados nas respectivas Executivas Nacionais imediatamente posteriores aos anos de 2006, 2010 e 2014.

O primeiro modelo tem como variável dependente os índices de Renovação Simples (IS-1) e o segundo os índices de Centralização da Articulação Intrapartidária (ISM-3) das CEN's analisadas – de forma a observar os efeitos das performances eleitorais e da distribuição dos recursos organizacionais na rotatividade, cartelização e fragmentação das cúpulas partidárias. As variáveis de recursos organizacionais utilizadas, em ambos os modelos, se referem aos scores padronizados³⁴ da filiação partidária (Z-Filiados), da distribuição dos órgãos partidários municipais (Z-Órgãos Municipais) e das cotas anuais do fundo partidário (Z-Fundo Partidário) em cada unidade partidária estadual (27 UF's) nas quatro organizações em evidência (DEM, PMDB, PSDB e PT). Tais variáveis buscaram examinar o impacto dos diferentes níveis de dispersão dos recursos organizacionais na renovação e na centralização das cúpulas partidárias. Para avaliar as pressões do ambiente eleitoral nas organizações, as variáveis eleitorais aplicadas nos dois modelos foram duas: o total de votos nas eleições proporcionais nacionais (Câmara dos Deputados) dividido pelo eleitorado (votos/eleitorado) e a soma de agremiações coligadas com os quatro partidos analisados em cada estado (número de partidos coligados).

³⁴ As formulas dos cálculos dos scores padronizados citados estão descritas na seção anterior.

Tabela I - Modelos multivariados: renovação da cúpula partidária, recursos organizacionais e performance eleitoral

| Variável Dependente: Renovação Simples (IS-1). | | | | | | | | |
|---|-----------------|------------------|---------------|------------------|-----------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | PT | | PMDB | | PSDB | | DEM | |
| | B | Beta Padronizado | B | Beta Padronizado | B | Beta Padronizado | B | Beta Padronizado |
| Votos/eletorado | -0,020 | -0105(0,020) | 0,030 | 0,041 (0,066) | 0,034 | 0,179(0,019)* | -0,110 | -0,184(0,050)** |
| Z-Filiados | -2,217 | -0,455 (0,894)** | 2,543 | 0,309 (1,477) | 0,553 | 0,090(1,034) | 0,153 | 0,041(0,677) |
| Z-Fundo Partidário | -0,242 | -0,224(0,140)* | -0,978 | -0,465 (0,419)** | 0,368 | 0,188(0,200)* | 0,491 | 0,317(0,220)** |
| Z-Órgãos Municipais | 1163,5 | 0,582(323,4)*** | -227,3 | -0,069 (496,5) | 254,4 | -0,137(398,3) | - | -0,133 (208,1) |
| IDH | -0,373 | -0,290 (0,157)** | 0,983 | 0,455 (0,197)** | 0,198 | 0,138 (0,145) | -0,395 | -0,384 (0,091)*** |
| Renovação inercial (IS-4) | -0,25 | -0,128 (0,023) | 0,013 | 0,047 (0,039) | -0,020 | -0,055(0,045) | -- | -- |
| Número de partidos coligados | -0,02 | -0,077 (0,003) | -0,008 | -0,217 (0,004)** | -0,010 | -0,493 (0,002)*** | 0,007 | 0,396 (0,002)*** |
| Intercepto | 0,798(0,128)*** | | 0,233 (0,153) | | 0,223 (0,110)** | | 0,408 (0,072)*** | |
| R² Ajustado | 0,205 | | 0,447 | | 0,315 | | 0,457 | |
| N | 79 | | 79 | | 79 | | 79 | |

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE e IBGE. *** p<0,01; **p<0,05; *p<0,10.

As renovações cúpulas partidárias mais sensíveis aos resultados eleitorais são do PSDB e do DEM. No primeiro caso, o desempenho eleitoral nas eleições para deputado federal favorece a rotatividade das cúpulas, enquanto no segundo caso proporciona uma maior estabilidade das elites tradicionais nas executivas nacionais – em ambos os partidos os resultados são estatisticamente significantes. As estratégias envolvendo as coligações apresentam impacto estatisticamente negativo nos níveis de renovação das cúpulas do PMDB e do PSDB: ampliar o número de partidos coligados favorece os partidos eleitoralmente, principalmente nos estados, e pode ser uma boa estratégia para compensar a menor capacidade de mobilização eleitoral de ambos os partidos nessas UF's onde as organizações não tem tanto peso.

Em termos de estratégias e alianças eleitorais, o DEM viveu um período de declínio significativo (gráfico 15, p.34) e, portanto, os resultados das coligações apresentaram efeitos significativos contrários ao esperado – a estratégia não apresentou os dividendos eleitorados esperados. No tocante ao PT, as estratégias na arena eleitoral de coligações não apresentam impactos na dinâmica intrapartidária dos órgãos de cúpula partidária. Em conformidade com análises prévias desenvolvidas pela literatura, a

organização interna disfruta de relativa autonomia em relação às variáveis ambientais: o PT foi o único partido em que todas as variáveis organizacionais apresentaram impactos significantes nos níveis de renovação da sua executiva.

Entretanto, cabe salientar que o impacto estatisticamente negativo dos níveis de filiação na diminuição da renovação intrapartidária pode ser compreendido como resultado do arranjo decisório interno de eleição diretas adotados pelo PT. O PED (Processo de Eleição Direta) instituído em 2001 aumentou o grau de participação atomizada dos filiados de viés publicitário, garantindo a manutenção das elites partidárias (Ribeiro, 2010). Por outro lado, a difusão territorial dos órgãos do partido favorece a descentralização e que interesses mais plurais de diversas regiões sejam representados nas executivas, assim colaboram para renovação das cúpulas.

Em complementariedade aos achados a respeito dos fatores que impactam a renovação da CEN petista, o segundo modelo também mostra a capacidade das tradicionais elites do Partido dos Trabalhadores em blindar-se as pressões dos resultados eleitorais nas eleições para Câmara dos Deputados analisadas. Apesar do movimento de descartelização entre 2008 e 2017 na Executiva Nacional (gráfico 11, p.26), a baixa fragmentação da conformação da cúpula em níveis constantes (gráfico 12, p.28) e a curva predominantemente estável do desvio padrão do PSI (gráfico 13, p.30) demonstram a forte autonomia do PT frente o ambiente eleitoral. Como literatura aponta (Ribeiro, 2010; Guarnieri, 2011) e os dados estatisticamente significantes do segundo modelo confirmam (Z-Filiados, Z-Fundo Partidário e Z-Órgãos Municipais), a concentração de filiados e fundo partidário do PT em um pequeno número de UF's fortalece a centralização da cúpula do partido, de um lado, e, do outro, a forte institucionalização e dispersão de seus órgãos municipais no território brasileiro pressiona a mesma Executiva a se abrir a novas forças, principalmente estreatas de origem intrapartidária (gráfico 4, p.19). No PT, as disputas pelos recursos organizacionais entre suas tendências estaduais parecem ser fatores mais determinantes que o desempenho eleitoral para a manutenção do domínio na CEN. Esse maior grau de autonomia ao cenário eleitoral e a articulada estrutura intrapartidária permitem as lideranças petistas comporem estratégias eleitorais mais independentes do ambiente externo e mais organizacionalmente centralizadas – possibilitando as ambições eleitorais do partido com o foco na presidência (Melo, 2010; Borges, 2015).

Tabela II - Modelos multivariados: centralização, recursos organizacionais e performance eleitoral

Variável Dependente: Centralização da Articulação Intrapartidária (ISM-3).

| | PT | | PMDB | | PSDB | | DEM | |
|-------------------------------------|--------------|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|-------------------|------------------|------------------|
| | <i>B</i> | Beta Padronizado | <i>B</i> | Beta Padronizado | <i>B</i> | Beta Padronizado | <i>B</i> | Beta Padronizado |
| Votos/eleitorado | 0,020 | 0,101 (0,020) | -0,021 | -0,036 (0,045) | 0,017 | 0,157 (0,010)* | 0,033 | 0,184 (0,015)** |
| Z-Filiados | 2,158 | 0,427 (0,907)** | -1,747 | -0,270 (1,193) | 0,276 | -0,166 (0,651) | -0,045 | 0,041 (0,201) |
| Z-Fundo Partidário | 0,245 | 0,215 (0,142)* | 0,672 | 0,406 (0,288)** | 0,183 | 0,166 (0,100)* | -0,146 | 0,317 (0,065)** |
| Z-Órgãos Municipais | -1180,5 | -0,557 (328,1)*** | 156,98 | 0,060 (340,8) | -126,939 | -0,121 (198,7) | - 223,445 | -0,133 (208,1) |
| IDH | -0,024 | 0,278 (0,024)** | -0,675 | -0,397 (0,153)*** | 0,084 | 0,127 (0,127) | -0,395 | -0,384 (0,091)** |
| Renovação inercial (IS-4) | 0,379 | -0,119 (0,159) | -0,190 | -0,859 (0,027)*** | 0,147 | 0,732 (0,022)*** | -- | -- |
| Número de partidos coligados | 0,002 | 0,073 (0,003) | 0,006 | 0,190(0,003)** | -0,005 | -0,433 (0,001)*** | 0,117 | 0,396 (0,027)** |
| Intercepto | 0,015(0,130) | | 0,708(0,105)*** | | 0,183(0,055)*** | | 0, 175(0,021)*** | |
| R² Ajustado | 0,270 | | 0,536 | | 0,418 | | 0,457 | |
| N | 79 | | 79 | | 79 | | 79 | |

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do TSE e IBGE. *** p<0,01; **p<0,05; *p<0,10.

No segundo modelo, as organizações do DEM e do PSDB se mostraram novamente como as mais sensíveis aos resultados eleitorais, agora, no que diz respeito aos níveis de centralização de articulação intrapartidária. Tanto a votação para a eleição na Câmara dos Deputados, como as estratégias na formação de coligações influenciaram os níveis de centralização da articulação das CEN's pelas elites tradicionais dos dois partidos – como os altos níveis de cartelização (gráfico 11, p.26) de ambas organizações no mesmo período sugerem. Desenvolvendo uma estratégia eleitoral de economia de esforços (Soares, 1964), a formação de coligações dotadas de muitas legendas no DEM tem sido um fator positivo para a centralização da cúpula partidária. Dois fatores devem favorecer o impacto dessa variável no Democratas – o fato das dirigências terem um histórico de origem eleitoral no partido (gráfico 5, p.19) e o crescimento da taxa de fragmentação de sua CEN (gráfico 12, p.28), que possibilitou o ingresso e manutenção de lideranças eleitas (gráfico 3, p.18) em diversas tendências estaduais no topo da organização. O impacto negativo na centralização do PSDB pela formação de grandes coligações é, provavelmente, uma externalidade da estratégia eleitoral do partido.

Considerando os níveis crescentes de cartelização das lideranças, a curva relativamente constante da fragmentação da CEN, o impacto positivo da votação na centralização da cúpula e a histórica ambição do partido pela presidência (Melo, 2010; Borges, 2015; Limongi e Vasselai, 2018), o efeito negativo da variável “número de partidos coligados” sugere ser proveniente da coordenação eleitoral do partido – que subjugou as estratégias coligacionais nos estados com menor força na CEN, implicando em grandes coligações, e preservou as coligações nos estados que possuem maior peso na Executiva Nacional, determinando coligações mais estratégicas e menores.

Nas disputas pela cúpula do PMDB, apesar de não serem sensíveis as votações, os posicionamentos coligacionais, junto a variação da renovação inercial, foram impactantes nos níveis de articulação interna do partido no período estudado. O salto da fragmentação interna e crescimento da cartelização da CEN pemedebista (gráficos 11, p.26, e 12, p.28) pode ter sido influenciado pelos efeitos das estratégias eleitorais coligacionais e da expansão da executiva partidária – permitindo o ingresso de novas elites eleitas de diferentes tendências estaduais (gráfico 5, p.19) ao mesmo que preserva as tendências tradicionais da organização. Os fatores organizacionais somam-se aos eleitorais para explicar também a circulação de elites no DEM e no PSDB. A concentração do fundo partidário no caso do PSDB nas UF's com representações na CEN ajuda a explicar a cartelização na organização. E a dispersão do fundo partidário no caso do DEM, estatisticamente significativa, contribui para entender a alta taxa de fragmentação de sua Executiva Nacional. No período analisado, ainda sobre fatores organizacionais importantes na centralização partidária no partido social democrata, destaca-se a renovação inercial – acomodação das novas elites partidárias pela expansão da cúpula do partido, sem prejuízo, portanto, tradicionais elites sociais democratas na CEN.

As hipóteses 1 e 3 sobre os impactos da performance eleitoral na estabilidade e fragmentação das Executivas Nacionais se comprovaram parcialmente. A exceção do Partido dos Trabalhadores, todas as demais organizações (DEM, PMDB e PSDB) se adaptaram as pressões eleitorais (gráfico 15, p.34). Em termos da votação, o desempenho decrescente não teve impacto significativo no PMDB, mas afetou o PSDB – provocando uma abertura da cúpula a novos integrantes – e o DEM – reforçando a cartelização por elites partidárias tradicionais eleitas. As estratégias coligacionais dos partidos tiveram impacto na preservação das elites partidárias mais tradicionais nas três organizações.

Apesar do desempenho eleitoral catastrófico no DEM, as a reorganização interna, pelo aumento da fragmentação e da cartelização da cúpula do partido, preservou as lideranças tradicionais do partido em um movimento de ampliação da representatividade na Executiva Nacional no território brasileiro de elites da organização (retornantes). No PMDB, as estratégias coligacionais, mesmo com ligeira queda no número de cadeiras conquistadas, favoreceram as tendências estaduais com representação na CEN. Externaldade negativa da estratégia eleitoral peessedebista – a formação de coligações menores onde o partido tem representação na CEN e maiores onde não tem –, os impactos negativo do número de partidos coligados e o positivo da votação na centralização do PSDB apontam para a capacidade estratégica do partido em privilegiar as disputas eleitorais estaduais onde suas tendências tem maior peso na cúpula do partido, em setorizar as disputas. Os partidos brasileiros são organizacionalmente heterógenos e os efeitos das variáveis ambientais, especialmente vinculadas à arena eleitoral, possuem impactos distintos nos diferentes casos.

As hipóteses organizacionais, 2 e 3, são confirmadas nos testes realizados, os recursos organizacionais apresentam importância na renovação e na centralização da articulação interna dos partidos (nos níveis de cartelização e de fragmentação), como o primeiro e o segundo modelo demonstram. O único indicador organizacional que apresentou resultados estatisticamente significantes em todos os partidos foi fundo partidário. Nos casos do PT e do PMDB, o fundo partidário corrobora para manutenção das elites tradicionais nos comandos das cúpulas partidárias. No DEM e no PSDB a maior dispersão do fundo partidário fomenta a competição interna garantindo maiores níveis de renovação – no caso do partido social democrata, como destacado, uma renovação mais inercial, portanto, preservando as elites tradicionais. A renovação inercial, por elites retornantes também é um fator organizacional importante para a dinâmica de conformação da CEN no PMDB, impactando na fragmentação entre as lideranças do partido. O Partido dos Trabalhadores entre as organizações estudadas no período analisado, como já salientado, é a única em que somente a dinâmica organizacional influi na renovação e na centralização da Executiva Nacional. No arranjo interno do PT, a concentração do fundo partidário e dos filiados nas poucas UF's que tem representação na CEN fortalece a centralização na cúpula do partido e a dispersão dos órgãos municipais no território nacional fortalece a renovação por diferentes estreates em diferentes estados.

7) *Considerações finais*

Disputas pelo executivo nacional protagonizadas pelo PSDB e o PT, demais legendas – como o PMDB e o DEM – priorizando a arena legislativa nacional e/ou os executivos estaduais. As eleições brasileiras pós-redemocratização vem sendo investigadas pela literatura brasileira por diferentes áreas (Melo, 2010; Melo e Câmara, 2012; Borges, 2015; Limongi e Vasselai, 2018) e vem chegando ao mesmo diagnóstico: as eleições traçam caminhos cada vez mais setorizados entre os partidos políticos – organizações com diferentes ambições eleitorais, focando distintas cadeiras em distintas UF's.

Nas discussões literárias, os fatores correntemente destacados como motores desse fenômeno seriam de proveniência do arranjo institucional eleitoral brasileiro (Ames, 2003; Mainwaring and Scully, 1995; Shugart and Carey, 1992; Melo e Pereira, 2013; Kinzo, 2005; Borges, 2015; Melo, 2010). E se tornou consenso na literatura área que tais fatores são necessários para explicar as estratégias eleitorais dos contemporâneos partidos brasileiros. Entretanto, os fatores de ordem eleitoral são suficientes para explicar a setorização das eleições nacionais? Ao lado de uma literatura recentemente em evidência (Panbianco, 2005; Janda, 1990; Tavits, 2012; Scarrow, Webb and Ponguntke, 2017; Ribeiro, 2014), acreditamos que a dinâmica organizacional dos partidos age em complementariedade aos fatores eleitorais no mecanismo que operacionaliza a setorização das eleições (gráfico 1, p.3). Como processos sócio políticos permanentemente incompletos, a setorização das eleições brasileiras possui um mecanismo de atualização que periodicamente movimentam as engrenagens que opera tal processo. Uma peça chave nesse processo é a atuação das cúpulas partidárias – responsáveis pela organização das estratégias e ambições eleitorais dos partidos.

Para tentar observar, portanto, o impacto dos fatores eleitorais e organizacionais nos padrões de ocupação das cúpulas partidárias e os efeitos dessa dinâmica na setorização das eleições brasileiras, selecionamos as quatro maiores organizações brasileiras (DEM, PMDB, PSDB e PT). E, assim, examinamos seus respectivos níveis rotatividade, fragmentação e cartelização entre as lideranças na ocupação das Executivas nacionais dos partidos, entre o final da década de 90 até 2017, e analisamos os correspondentes impactos das variáveis eleitorais e organizacionais entre 2006 e 2014.

As primeiras constatações dos padrões de ocupação das cúpulas dos partidos apontam as diferentes dinâmicas de circulação das elites e os diversos níveis de fragmentação da representação das CEN's entre as organizações analisadas – indicando a diversidade de perfis das lideranças e as particulares relações de poder intrapartidárias de cada caso. Os modelos de regressão mostram que os níveis de renovação e centralização da articulação interna das cúpulas do DEM, PMDB e PSDB, como aponta a literatura, foram diferentemente sensíveis a performance eleitoral pregressa dos partidos – os desempenhos nas votações para a Câmara dos Deputados afetaram apenas as lideranças do DEM e do PSDB e as estratégias coligacionais as três organizações. Já no PT, nas três eleições para o legislativo nacional analisadas, as cúpulas partidárias conseguiram se blindar pressões eleitorais – mostrando verdadeira a suspeita sobre a insuficiência dos fatores eleitorais para explicar os movimentos das Executivas Nacionais dos partidos.

Os testes a respeito das variáveis organizacionais mostram que a dinâmica organizacional do partido foi impactante nas renovações e centralizações nas quatro organizações observadas – destacou-se a gestão do fundo partidário como recurso organizacional importante em todos os casos. O Partido dos Trabalhadores, como descrito acima, apresentou autonomia às variáveis do ambiente eleitoral testadas e também demonstrou, na articulação de sua dinâmica interna, que a concentração de recursos organizacionais (fundo partidário e filiados) nas poucas tendências estaduais que ocupam a CEN foi sua chave no período para manter a independência organizacional.

Se a setorização das eleições brasileiras tem como motor as instituições e as performances eleitorais dos partidos políticos – na medida em que constrangeria as organizações por meio de suas cúpulas a adotar ambições eleitorais cada vez mais perenes com as sucessivas eleições (Melo, 2010; Melo e Câmara, 2012; Borges, 2015; Limongi e Vasselai, 2018) –, os testes realizados apontam que os fatores organizacionais complementam as engrenagens desse processo. Longe de teses assertivas a respeito do fenômeno da setorização eleitoral, o *paper* buscou levantar a necessidade de se ponderar adequadamente a arena organizacional dos partidos políticos brasileiros para entender suas interações na arena eleitoral. Afinal, partidos são, antes de tudo, organizações (Panebianco, 2005).

Referências Bibliográficas

- Ames, B. (2003). *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Barnea S, Rahat G (2007) Reforming Candidate Selection Methods: A Three-Level Approach. Party Politics
- Borges, A. (2015). Nacionalização Partidária e Estratégias Eleitorais no Presidencialismo de Coalizão. *Dados*, 58(3), 651-688.
- BRAGA, M. S. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.4, p. 43-73, 2010.
- Cotter, C.; Gibson, J.; Bibby, J., & Huckshorn, R. (1989). *Party Organizations in American Politics*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Dalton, R.; Farrell, D. M., & McAllister, I. (2011). *Political Parties and Democratic Linkage: How Parties Organize Democracy*. New York: Oxford University Press.
- Downs, A. (1957) *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper
- ELSTER, J. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- Gauja, A (2017) *Party Reform: The Causes, Challenges and Consequences of Organizational Change*, Oxford University Press.
- Guarnieri, F. (2011). A Força dos Partidos "Fracos". *Dados*, 54(1), 235-258.
- Harmel, R.; Janda, K. (1994). An Integrated Theory of Party Goals and Party Change. *Journal of Theoretical Politics*, 6(3), 259-287.
- Janda, K. 1990. "Toward a Performance Theory of Change in Political Parties." Paper Prepared for the 12th World Congress of the International Sociological Association, Madrid, Spain, July
- Janda, K. e Colman, T. (1998) The Effects of Party Organization on Performance during Golden Age of Parties, *Political Studies*.
- Key, V O (1964). *Politics, Parties and Pressure Groups*. New York: Crowell.
- Katz R e Mair P (eds) (1992) *Party Organizations*. London: Sage.
- KATZ, R. S.; MAIR, P. The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization. *The American Review of Politics*, v. 14, p. 593-617, 1993.
- Katz R e Mair P (1995), "Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party." *Party Politics*, 1995: 5-28.
- KINZO, M. D. G. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 56-81, 2005.
- LIMONGI, Fernando; VASSELAI, Fabricio. *Entries and Withdrawals: Electoral Coordination across Different Offices and the Brazilian Party Systems*. *Bras. Political Sci. Rev.*, São Paulo , v. 12, n. 3, e0001, 2018.

- Little, C. & Farrell, D. (2017). Party Organization and Party Unity. In S. Scarrow, P. Webb, & T. Poguntke (Ed.), *Organizing Political Parties* (pp. 285-306). Oxford: Oxford University Press.
- MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. Party systems in Latin America. In: MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- Mair, P. & van Biezen, I. (2001). Party Membership in Twenty European Democracies, 1980-2000. *Party Politics*, 7(1), 5-21.
- Melo, M. A., & Pereira, C. (2013). *Making Brazil Work: Checking the President in a Multiparty System*. New York: Palgrave Macmillan.
- MELO, C. R. F. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 4, 2010.
- MELO, Carlos Ranulfo; CAMARA, Rafael. Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 71-117, 2012.
- OFFE, Claus. Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro: TB - Edições Tempo Brasileiro, 1984.
- PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: organização e o poder nos partidos políticos*. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PIERSON, P. *Politics in time: History, institutions and social analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- Poguntke, T.; Scarrow, S., & Webb, P. (2016). Party Rules, Party Resources, and the Politics of Parliamentary Democracies: How Parties Organize in the 21st Century. *Party Politics*, 22(6), 661-678.
- Ribeiro, P. F. 2010. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. São Paulo: EdUFSCar/FAPESP
- Ribeiro, P. F. (2013). Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 10, 225-265.
- RIBEIRO, Pedro Floriano. El Modelo de partido cartel y el sistema de partidos de Brasil. *Rev. cienc. polít. (Santiago)*, Santiago, v. 33, n. 3, p. 607-629, 2013
- Ribeiro, P. F. (2014). Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, 22(52), 121-158.
- RIBEIRO, Pedro Floriano. A lei da oligarquia de Michels: modos de usar. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 179-193, June 2014
- SARTORI, G. *Parties and Parties Systems: a framework for analysis*. Essex: ECPR Press, 2005
- Scarrow S e Webb P (2017) Investigating Party Organizations: Structures, Resources, and Representative Strategies. In: *Organizing Political Parties*. Oxford.

Scarrow S, Webb P, Poguntke T (2017) The Study of Party Organization. In: Organizing Political Parties. Oxford.

SCHONFELD, William. *La stabilité des dirigeants des partis politiques: le personnel des directions nationales du Parti Socialiste et du Mouvement Gaulliste*. IN: Revue française de science politique, 30e année, n 3, pp.477-505, 1980

SHUGART, M. S.; CAREY, J. M. *Presidents and Assemblies. Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992

Soares, Gláucio Ary Dillon. 1964. "Alianças e Coligações Eleitorais: Notas para uma Teoria." *Revista Brasileira de Estudos Políticos* 17 (julho), pp. 95-124

STROM, K. 1990. A Behavioral Theory of Competitive Political Parties. *American Journal of Political Science*, v.34, n.2, 1990.

TAROUCO, G. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4, 2010

Tavits, M. (2012) Party Organizational Strength and Party Unity in Post-Communist Europe. *European Political Science Review*, 4(3), 409–431.

Tavits, M. (2013). *Post-Communist Democracies and Party Organization*. Cambridge: Cambridge University Press.

Webb, P., & Keith, D. (2017). Assessing the Strength of Party Organizational Resources. In S. Scarrow, P. Webb, & T. Poguntke (Ed.), *Organizing Political Parties* (pp. 31-61). Oxford: Oxford University Press.

Anexo I – Resumo Dos Dados Eleitorais por Partidos e Estado

| Estados | Média de Votos/Eleitorado | Média de Cadeiras/Eleitorado | Média de IDH |
|---------|---------------------------|------------------------------|--------------|
| DEM_AC | 0,016122389 | - | 0,715000000 |
| DEM_AL | 0,032241933 | 0,000000359 | 0,666000000 |
| DEM_AM | 0,073966639 | 0,000000501 | 0,748000000 |
| DEM_AP | 0,036096628 | 0,000001718 | 0,724000000 |
| DEM_BA | 0,129724174 | 0,000000818 | 0,705666667 |
| DEM_CE | 0,019842478 | 0,000000053 | 0,709666667 |
| DEM_DF | 0,095600552 | 0,000000578 | 0,848333333 |
| DEM_ES | 0,021257592 | - | 0,773000000 |
| DEM_GO | 0,049034099 | 0,000000336 | 0,764000000 |
| DEM_MA | 0,025294329 | 0,000000247 | 0,674666667 |
| DEM_MG | 0,048180186 | 0,000000259 | 0,763666667 |
| DEM_MS | 0,039143225 | 0,000000380 | 0,770333333 |
| DEM_MT | 0,034941484 | 0,000000160 | 0,771000000 |
| DEM_PA | 0,044690975 | 0,000000294 | 0,695000000 |
| DEM_PB | 0,052691601 | 0,000000369 | 0,688333333 |
| DEM_PE | 0,05727252 | 0,000000331 | 0,786333333 |
| DEM_PI | 0,086905929 | 0,000000616 | 0,702333333 |
| DEM_PR | 0,044190415 | 0,000000322 | 0,681666667 |

| | | | |
|----------------|-------------|-------------|-------------|
| DEM_RJ | 0,035015085 | 0,000000239 | 0,790333333 |
| DEM_RN | 0,086162501 | 0,000000600 | 0,714000000 |
| DEM_RO | 0,004542223 | - | 0,785666667 |
| DEM_RR | 0,078741705 | 0,000004092 | 0,728000000 |
| DEM_RS | 0,025702507 | 0,000000167 | 0,807666667 |
| DEM_SC | 0,086999399 | 0,000000461 | 0,811666667 |
| DEM_SE | 0,10030534 | 0,000001005 | 0,813666667 |
| DEM_SP | 0,043502928 | 0,000000167 | 0,700666667 |
| DEM_TO | 0,521656403 | 0,000002172 | 0,733333333 |
| PMDB_AC | 0,076554843 | 0,000002832 | 0,715000000 |
| PMDB_AL | 0,114803404 | 0,000001035 | 0,666000000 |
| PMDB_AM | 0,097813066 | 0,000000501 | 0,748000000 |
| PMDB_AP | 0,107508948 | 0,000003374 | 0,724000000 |
| PMDB_BA | 0,043748913 | 0,000000139 | 0,705666667 |
| PMDB_CE | 0,139193085 | 0,000000817 | 0,709666667 |
| PMDB_DF | 0,091763334 | 0,000000760 | 0,848333333 |
| PMDB_ES | 0,12237096 | 0,000000961 | 0,773000000 |
| PMDB_GO | 0,137259645 | 0,000000929 | 0,764000000 |
| PMDB_MA | 0,114396858 | 0,000000789 | 0,674666667 |
| PMDB_MG | 0,06848855 | 0,000000463 | 0,763666667 |
| PMDB_MS | 0,19174872 | 0,000001384 | 0,770333333 |
| PMDB_MT | 0,065988901 | 0,000000484 | 0,771000000 |
| PMDB_PA | 0,15589656 | 0,000000953 | 0,695000000 |
| PMDB_PB | 0,185995481 | 0,000001352 | 0,688333333 |
| PMDB_PE | 0,042552783 | 0,000000277 | 0,786333333 |
| PMDB_PI | 0,119034401 | 0,000000759 | 0,702333333 |
| PMDB_PR | 0,126458287 | 0,000000808 | 0,681666667 |
| PMDB_RJ | 0,113021593 | 0,000000757 | 0,790333333 |
| PMDB_RN | 0,098367139 | 0,000000451 | 0,714000000 |
| PMDB_RO | 0,163967843 | 0,000002180 | 0,785666667 |
| PMDB_RR | 0,096263939 | 0,000004999 | 0,728000000 |
| PMDB_RS | 0,108088266 | 0,000000579 | 0,807666667 |
| PMDB_SC | 0,1786328 | 0,000001112 | 0,811666667 |
| PMDB_SE | 0,061401951 | 0,000000463 | 0,813666667 |
| PMDB_SP | 0,021817557 | 0,000000068 | 0,700666667 |
| PMDB_TO | 1,016058493 | 0,000002111 | 0,733333333 |
| PSDB_AC | 0,080468394 | 0,000001366 | 0,715000000 |
| PSDB_AL | 0,080222688 | 0,000000331 | 0,666000000 |
| PSDB_AM | 0,039982273 | 0,000000149 | 0,748000000 |
| PSDB_AP | 0,040656675 | 0,000000793 | 0,724000000 |
| PSDB_BA | 0,03429257 | 0,000000241 | 0,705666667 |
| PSDB_CE | 0,071311339 | 0,000000478 | 0,709666667 |
| PSDB_DF | 0,041286946 | 0,000000175 | 0,848333333 |
| PSDB_ES | 0,065076649 | 0,000000401 | 0,773000000 |
| PSDB_GO | 0,155251161 | 0,000001065 | 0,764000000 |
| PSDB_MA | 0,080126828 | 0,000000646 | 0,674666667 |

| | | | |
|----------------|-------------|-------------|-------------|
| PSDB_MG | 0,084185933 | 0,000000508 | 0,763666667 |
| PSDB_MS | 0,062910286 | 0,000000594 | 0,770333333 |
| PSDB_MT | 0,080891251 | 0,000000484 | 0,771000000 |
| PSDB_PA | 0,101497119 | 0,000000514 | 0,695000000 |
| PSDB_PB | 0,09696837 | 0,000000751 | 0,688333333 |
| PSDB_PE | 0,049896553 | 0,000000378 | 0,786333333 |
| PSDB_PI | 0,040021309 | 0,000000161 | 0,702333333 |
| PSDB_PR | 0,071580028 | 0,000000447 | 0,681666667 |
| PSDB_RJ | 0,029406789 | 0,000000177 | 0,790333333 |
| PSDB_RN | 0,029767363 | 0,000000143 | 0,714000000 |
| PSDB_RO | 0,029453427 | 0,000000295 | 0,785666667 |
| PSDB_RR | 0,099354247 | 0,000003771 | 0,728000000 |
| PSDB_RS | 0,040494647 | 0,000000167 | 0,807666667 |
| PSDB_SC | 0,067533234 | 0,000000365 | 0,811666667 |
| PSDB_SE | 0,04197615 | 0,000000257 | 0,813666667 |
| PSDB_SP | 0,113428456 | 0,000000503 | 0,700666667 |
| PSDB_TO | 2,069545987 | 0,000001108 | 0,733333333 |
| PT_AC | 0,16327143 | 0,000005815 | 0,715000000 |
| PT_AL | 0,027364839 | 0,000000167 | 0,666000000 |
| PT_AM | 0,063544597 | 0,000000351 | 0,748000000 |
| PT_AP | 0,104904694 | 0,000002449 | 0,724000000 |
| PT_BA | 0,132186222 | 0,000000905 | 0,705666667 |
| PT_CE | 0,089850863 | 0,000000689 | 0,709666667 |
| PT_DF | 0,139564463 | 0,000000922 | 0,848333333 |
| PT_ES | 0,061514512 | 0,000000526 | 0,773000000 |
| PT_GO | 0,05805937 | 0,000000338 | 0,764000000 |
| PT_MA | 0,043167978 | 0,000000236 | 0,674666667 |
| PT_MG | 0,10813127 | 0,000000601 | 0,763666667 |
| PT_MS | 0,163263146 | 0,000001188 | 0,770333333 |
| PT_MT | 0,07355759 | 0,000000324 | 0,771000000 |
| PT_PA | 0,110320551 | 0,000000648 | 0,695000000 |
| PT_PB | 0,047918424 | 0,000000369 | 0,688333333 |
| PT_PE | 0,079519238 | 0,000000499 | 0,786333333 |
| PT_PI | 0,121575907 | 0,000000901 | 0,702333333 |
| PT_PR | 0,083711928 | 0,000000577 | 0,681666667 |
| PT_RJ | 0,053537389 | 0,000000466 | 0,790333333 |
| PT_RN | 0,071175099 | 0,000000308 | 0,714000000 |
| PT_RO | 0,100735979 | 0,000000984 | 0,785666667 |
| PT_RR | 0,025643258 | - | 0,728000000 |
| PT_RS | 0,148641194 | 0,000000910 | 0,807666667 |
| PT_SC | 0,11380023 | 0,000000672 | 0,811666667 |
| PT_SE | 0,10911396 | 0,000000955 | 0,813666667 |
| PT_SP | 0,097271524 | 0,000000436 | 0,700666667 |
| PT_TO | 2,285276277 | - | 0,733333333 |